

PLANO DE GESTÃO DA PRESIDÊNCIA PGP 2024-2026



TRT-11ª REGIÃO
Amazonas e Roraima

TRT-11 BIÊNIO 2024-2026



Direção Biênio 2024-2026

Presidente

Desembargador JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES

Vice-Presidente

Desembargador DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR

Corregedor Regional

Desembargador ALBERTO BEZERRA DE MELO

• Membros

Desembargadora

SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS
Diretora do Centro de Memória (CEMEJ)

Desembargadora

ELEONORA DE SOUZA SAUNIER

Desembargadora

ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES
Ouvidora

Desembargador

LAIRTO JOSÉ VELOSO

Desembargador

AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA

Desembargadora **RUTH BARBOSA SAMPAIO**
Diretora da Escola Judicial e Coordenadora do NUPEMEC e
CEJUSC de 2º Grau

Desembargadora **MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES**

Desembargador **JOSÉ DANTAS DE GÓES**

Desembargadora **MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA**

Desembargadora **JOICILENE JERÔNIMO PORTELA**

Desembargadora **EULAIDE MARIA VILELA LINS**
Vice-Ouvidora e Ouvidora da Mulher

• **Juízes Auxiliares**

Juíza Auxiliar da Presidência **CARLA PRISCILLA SILVA NOBRE**
Juíza Titular da Vara do Trabalho de Tabatinga (AM)

Juiz Auxiliar da Corregedoria **ALEXANDRO SILVA ALVES**
Juiz Titular da Vara do Trabalho de Tefé (AM)

• **Gestores(as) das Unidades Administrativas**

**Secretaria-Geral
da Presidência** **GESLA LIMA SILVA**

Diretoria-Geral **ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA**

Secretaria-Geral Judiciária **GABRIELA MARIA ARAGÃO NERY**

**Secretaria de Execução da
Fazenda Pública – Precatórios** **GLÁUCIA DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA**

Secretaria da Corregedoria **JESSÉ PEREIRA FALCÃO**

**Secretaria do Tribunal Pleno
e Seções Especializadas** **ANALÚCIA BONFIM D´OLIVEIRA LIMA**

**Secretaria de Governança
e Gestão Estratégica** **MÔNICA LOPES SOBREIRA LEITE**

Secretaria de Auditoria	NELSON MACHADO DE BARROS
Secretaria de Administração	ALDO JOSÉ PEREIRA RODRIGUES
Secretaria de Gestão de Pessoas	ALFREDO MELO DA SILVA
Secretaria de Orçamento e Finanças	LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	EVANDRO VIDEO DE SOUZA JUNIOR
Secretaria da Escola Judicial	REJANE DE ARAGÃO OLIVEIRA
Secretaria de Assessoramento Jurídico-Administrativo	JOSÉ DE ARIMATHEA MATIAS FERNANDES
Coordenadoria do NUPEMEC	ANDRESSA LORENA MACHADO TAVARES
Coordenadoria de Sistemas Processuais	RICARDO HENRIQUE ALVES DE CARVALHO
Coordenadoria de Gestão de Memória	CYNTHIA MARIA DONADIO RIBEIRO
Coordenadoria de Polícia Judicial	OSVALDO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA
Coordenadoria de Saúde	BRUNO CARNEIRO PINHEIRO
Coordenadoria de Comunicação Social	ANDREIA CRISTINA DE ALMEIDA NUNES
Coordenadoria de Cerimonial	LENÚBIA ALCÂNTARA ABDEL AZIZ

Coordenadoria de Manutenção e Projetos	JURANDIR DA CONCEIÇÃO SANTOS FILHO
Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras	BÁRBARA ANDREZA PEDROSA DE OLIVEIRA PACHECO
Coordenadoria de Licitações e Contratos	LARA SIMONE CHAVES DOS SANTOS
Coordenadoria de Material e Logística	IONE DA COSTA SOUZA
Coordenadoria de Gestão Financeira	JOSÉ CARLOS CUNHA CARVALHO
Coordenadoria de Gestão de Pagamento de Pessoal	GLÁUCIA VIVIANE DE OLIVEIRA REBOUÇAS
Coordenadoria de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas	LUCAS RIBEIRO PRADO
Coordenadoria de Gestão das Informações Funcionais	RAYSON CARVALHO DA SILVA
Coordenadoria de Segurança da Informação, Operação e Suporte	ANA CAROLINA CABRINHA GAMA
Assessoria de Governança de Gestão de Pessoas	KEINE BARBOSA BEZERRA DO VALLE
Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos	MATHEUS DE JESUS CARVALHO MOURA
Divisão de Execução Concentrada	CRISTINA MARINHO DA CRUZ
Divisão de Pesquisa Patrimonial	LAURA DRIELE GOMES MELO BARBOSA LINDOSO E LIMA

Divisão de Passagens e Diárias	JOSÉ CARLOS PEREIRA CAMPOS
Divisão de Apoio Externo Institucional	AILTON LUIZ DOS SANTOS
Divisão de Sistema de Informação	FRED BARRETO LIMA
Divisão de Segurança da Informação	JEAN RICARDO DE OLIVEIRA REBOUÇAS
Divisão de Cooperação Judiciária	MATHEUS DA SILVA SANTOS
Divisão de Contadoria Judiciária	HORÁCIO BIANCHI RAMALHO DE CASTRO
Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais	WINDER JANE MOREIRA SILVA
Divisão de Iniciativas Nacionais e Governança de TIC	MATHEUS GIBRAM CAMPOS
Divisão do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS	HYLACE MIRANDA BRAGA FILHO
Seção de Gestão Socioambiental, Acessibilidade e Inclusão	VICENTE FERNANDES TINO
Seção de Aposentados e Pensionistas	CAMILA CÉLIA MIRÃO LIMA DE JESUS
Seção de Magistrados	SANDRA FARIAS DE SOUZA BENTES
Núcleo de Engenharia e Arquitetura	JOSÉ RICARDO RIBEIRO DOS SANTOS

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE	08
APRESENTAÇÃO	10
1. GESTÃO ESTRATÉGICA NO TRT-11	11
1.1 Identidade e intenção estratégica do TRT-11	12
1.2 Estratégia	14
1.3 Desdobramento da estratégia	15
1.4 Metodologia adotada no planejamento estratégico	16
1.5 Macrodesafios do poder judiciário	16
1.5.1 Macrodesafios do poder judiciário e a Agenda 2030	20
1.6 Objetivos estratégicos do TRT-11	21
1.6.1 Objetivos estratégicos do TRT-11 e estratégia nacional	24
2. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	25
3. EIXOS DA GESTÃO DO BIÊNIO 2024-2026	26
3.1 Portfólio de iniciativas estratégicas do TRT-11	29
3.2 Descrição dos projetos do PGP 2024-2026	33

PALAVRA DO PRESIDENTE



JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES
Desembargador Presidente do TRT da 11ª Região

Ao assumir a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região para o biênio 2024-2026, reafirmei meu compromisso com uma gestão alicerçada na valorização do trabalho humano, na aproximação da Justiça do Trabalho com a sociedade e na busca contínua por soluções que promovam acesso, eficiência e inclusão.

Com uma trajetória de 43 anos dedicados a esta Corte — iniciada como servidor e amadurecida na magistratura — carrego a convicção de que a missão da Justiça do Trabalho vai além da aplicação da lei: ela se concretiza na defesa da dignidade das pessoas e no fortalecimento do pacto social firmado na Constituição Federal de 1988.

O Plano de Gestão da Presidência foi concebido a partir dessa visão, com o propósito de alinhar as ações estratégicas do Regional aos desafios contemporâneos das relações de trabalho, às transformações sociais e às especificidades geográficas dos estados do Amazonas e de Roraima. Mais do que um documento técnico, o PGP representa um compromisso coletivo com o aperfeiçoamento institucional, a promoção da equidade e a ampliação do acesso à justiça, especialmente para as populações que vivem em áreas remotas.

Convido cada magistrado, servidor e colaborador a unir esforços nesse propósito comum, com espírito de pertencimento, cooperação e inovação. Que nossa caminhada conjunta continue sendo guiada pela escuta sensível, pela responsabilidade social e pela coragem de transformar!

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Gestão da Presidência (PGP), de natureza tática, elaborado em consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução CNJ nº 325/2020), com o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus (Resolução CSJT nº 259/2020), com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (Ato nº 34/CSJT.GP.SG, de 12/03/2021) e com o Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Resolução Administrativa nº 126/2021, de 26/05/2021).

Ressaltamos que as disposições da Resolução CSJT nº 259/2020 foram revogadas com a publicação da Resolução CSJT nº 387/2024. Contudo, nos termos do art. 36 da nova norma, suas diretrizes aplicam-se apenas ao próximo ciclo de planejamento estratégico e aos ciclos subsequentes, não incidindo sobre o ciclo atualmente em vigor.

O PGP evidencia as áreas de atuação e as iniciativas prioritárias para o biênio 2024-2026, constituindo um elo entre a intenção (objetivos organizacionais) e a realização (resultados), representando a decomposição dos cursos de ação estabelecidos (estratégias) e das diretrizes orientadoras das tomadas de decisão (políticas).

Sua concepção reflete, sobretudo, os esforços coletivos, diálogo constante, a cooperação e a sinergia entre os diferentes níveis organizacionais do Regional, em uma abordagem sistêmica, contínua e participativa. Não se excluem, entretanto, outras iniciativas estruturantes que promovam a excelência na prestação jurisdicional, considerando as limitações internas do órgão e as peculiaridades regionais em que esta Corte Trabalhista se encontra inserida.

1. GESTÃO ESTRATÉGICA NO TRT-11

A gestão estratégica é um processo de natureza contínua, interativa e cíclica, que permite que uma organização alcance uma situação futura desejada, de forma mais eficiente, eficaz e efetiva. Assim, considerando os objetivos organizacionais definidos e as influências do ambiente da empresa (forças externas, que se manifestam como oportunidades e ameaças, e internas, representadas por pontos fortes e fracos), estratégias e ações são delineadas, fomentando-se a tomada de decisões com qualidade e de forma ininterrupta.

O Plano Estratégico do TRT-11 2021-2026 (aprovado pela Resolução Administrativa n. 126/2021, de 26/05/2021) segue as diretrizes da Resolução n. 259/2020, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que foi elaborada com base na Resolução n. 325/2020, do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), traduzindo um esforço conjunto para a modernização e o aperfeiçoamento do Judiciário, mediante o alinhamento estratégico entre os órgãos e destes com a estratégia nacional.



1.1 IDENTIDADE E INTENÇÃO ESTRATÉGICA DO TRT-11

A Identidade Estratégica engloba a ideologia central de uma organização: sua razão de existir – MISSÃO; o que pretende ser – VISÃO; e os princípios compartilhados – VALORES.

Apresentamos abaixo a Identidade Estratégica da Justiça do Trabalho.



Fonte: Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021- 2026

A Intenção Estratégica engloba a ideologia central de uma organização acrescida dos objetivos estratégicos, que, por sua vez, constituem os fins a serem perseguidos pela organização para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro.

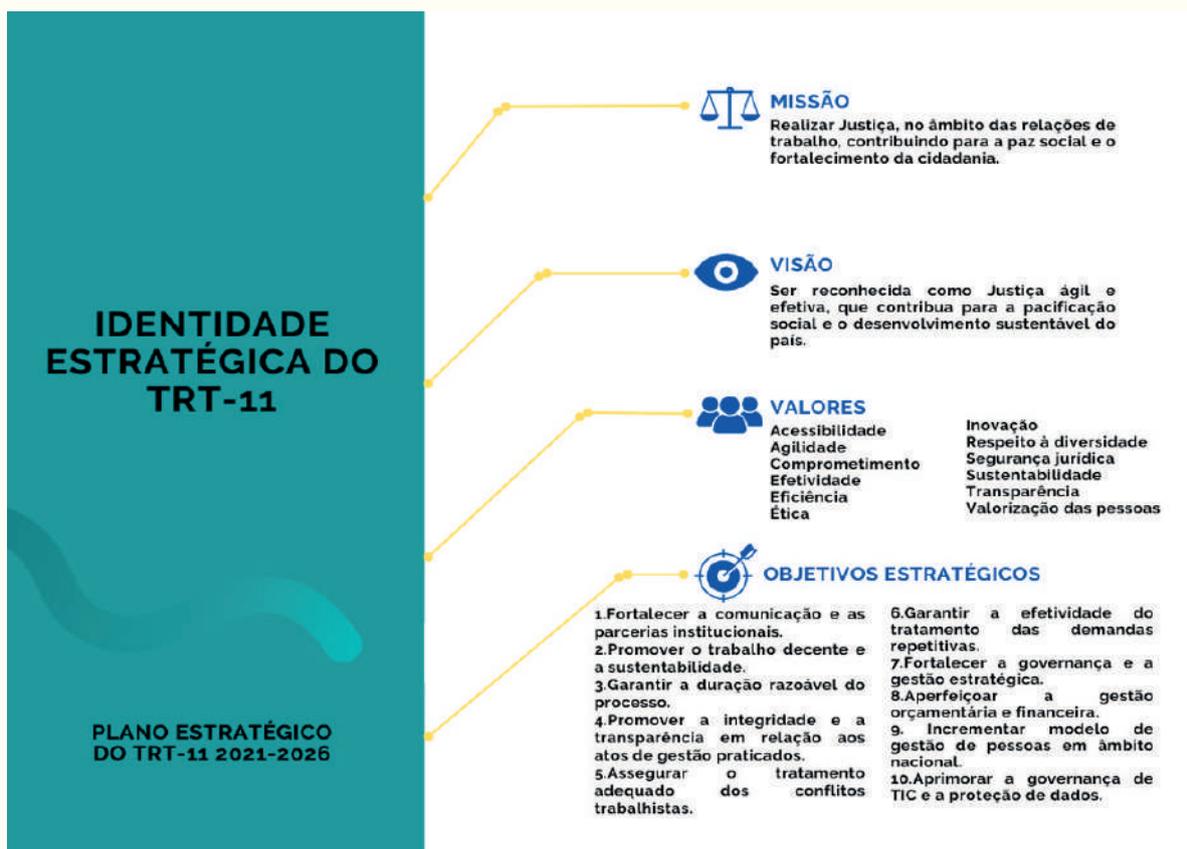


Fonte: Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021- 2026.

A Intenção Estratégica expressa a ideologia central da organização e orienta as ações necessárias para o alcance dos resultados institucionais. Atua como guia para a alocação eficiente de recursos, o aproveitamento das capacidades internas e a concentração coordenada de esforços. Por meio dela, o corpo funcional é mobilizado em torno do sucesso organizacional e da geração de valor nas atividades desempenhadas. Esse compromisso se fortalece quando a alta administração reconhece e estimula, de forma contínua, iniciativas criativas e inovadoras propostas pelos colaboradores.

A Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Estratégicos definidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT) sintetizam os focos de atuação prioritária para todos os seus órgãos, motivo pelo qual tais elementos foram replicados no Plano Estratégico Institucional deste Regional – PEI TRT-11 ciclo 2021-2026.

A seguir, apresentamos a Identidade Estratégica do TRT-11.



1.2 ESTRATÉGIA

A estratégia pode ser compreendida como um plano de atuação que orienta a organização na busca pela concretização de sua missão e visão. Composta por diretrizes, objetivos e ações, define os meios para alcançar a situação desejada. Em essência, trata-se da definição de um caminho a ser seguido, por meio da implementação de iniciativas que viabilizem o atingimento de objetivos e metas de longo prazo. Para isso, busca-se a utilização eficiente dos recursos disponíveis — humanos, financeiros, físicos e tecnológicos — promovendo a superação de fragilidades e o aproveitamento de oportunidades. A adoção de uma postura proativa, baseada na criatividade e na inovação, é fundamental para o posicionamento estratégico da organização no ambiente em que atua.

1.3 DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

O desdobramento da estratégia organizacional ocorre mediante os planos intraorganizacionais, que são planos temáticos que definem a forma de contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos.

A operacionalização da estratégia exige a atuação articulada em diferentes níveis hierárquicos, por meio de um processo de planejamento coordenado e interdependente. Nesse contexto, estruturam-se três tipos de planos integrados entre si, voltados respectivamente à organização como um todo, às suas áreas funcionais e às atividades ou operações executadas pelas unidades ou setores. Cada plano considera diferentes horizontes temporais e níveis de detalhamento, garantindo a coerência entre as decisões estratégicas, táticas e operacionais.



Os Planos de Contribuição das Unidades não integram este documento, pois pertencem ao nível operacional. Contudo, salientamos que tais planos não tratam das operações (rotinas) das unidades. Envolve ações de complexidade inferior ao projeto, comportando atividades definidas em cronograma, com designação de responsabilidade e detalhamento da execução, em que os setores evidenciam como contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da organização.

1.4 METODOLOGIA ADOTADA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia de gestão e mensuração de desempenho que, a partir da missão e visão institucionais, estrutura o planejamento por meio da definição de objetivos, metas, indicadores e iniciativas estratégicas. Funciona como um sistema integrado de comunicação, monitoramento e aprendizado organizacional.

Cada uma das perspectivas do BSC contempla um conjunto de objetivos estratégicos, metas e indicadores de desempenho, bem como projetos, programas e planos de ação, compondo uma cadeia lógica de causa e efeito que orienta a execução da estratégia institucional.

No âmbito da Justiça do Trabalho, as perspectivas adotadas são: **Sociedade**, que representa os resultados entregues aos jurisdicionados; **Processos Internos**, que se refere à qualidade e eficiência na execução da atividade-fim; e **Aprendizado e Crescimento**, que contempla as condições organizacionais que sustentam a capacidade de inovação e melhoria contínua.

Nós tópicos seguintes, serão apresentados os macrodesafios do poder judiciário e os objetivos estratégicos do PEI TRT-11 horizonte 2024-2026.

1.5 MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO

Os macrodesafios do Poder Judiciário representam as prioridades estratégicas nacionais definidas para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Para o ciclo 2021-2026, foram estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução n. 325/2020, com o objetivo de orientar os tribunais na elaboração de seus planejamentos e iniciativas institucionais.

A definição desses macrodesafios decorreu de uma consulta pública que contou com a participação de cidadãos, magistrados, servidores, advogados e demais segmentos da sociedade, sendo posteriormente aprovada pelos presidentes dos tribunais durante o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Maceió (AL), em novembro de 2019.

MACRODESAFIOS DA PERSPECTIVA SOCIEDADE

- **Garantia dos direitos fundamentais**

Descrição: Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

- **Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade**

Descrição: Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

MACRODESAFIOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- **Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**

Descrição: Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

- **Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais**

Descrição: Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

- **Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos**

Descrição: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

- **Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios**

Descrição: Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

- **Promoção da sustentabilidade**

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

- **Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal**

Descrição: Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

- **Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária**

Descrição: Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

MACRODESAFIOS DA PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- **Aperfeiçoamento da gestão de pessoas**

Descrição: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

- **Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira**

Descrição: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

- **Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados**

Descrição: Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

1.5.1 MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO E AGENDA 2030



A Agenda 2030 é um compromisso global firmado pelas Nações Unidas em 2015, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas interligadas. Reconhecendo o papel do Judiciário na concretização desses objetivos, o Conselho Nacional de Justiça celebrou, em 2019, o Pacto pela Implementação dos ODS no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público.

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário definida na Resolução CNJ 325/2020 incorporou os ODS da Agenda 2030, buscando internalizar e difundir sua implementação no planejamento e nas ações institucionais no âmbito judicial, alinhando-as aos compromissos globais de desenvolvimento sustentável, conforme correlação apresentada a seguir:



1.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRT-11

Os objetivos estratégicos do Plano Estratégico Institucional do TRT da 11ª Região (PEI-TRT11) indicam os fins a serem alcançados pela organização.

OBJETIVOS DA PERSPECTIVA SOCIEDADE

- **Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais**

Descrição: Aperfeiçoar os processos de comunicação com foco na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias e políticas públicas implantadas, e resultados operativos da jurisdição trabalhista para todos os atores do sistema de justiça e sociedade, para fortalecer a transparência e a imagem da Justiça do Trabalho.

- **Promover o trabalho decente e a sustentabilidade**

Descrição: Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- **Garantir a duração razoável do processo**

Descrição: Materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases, garantindo-se a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação processual, reduzindo-se o congestionamento de processos e elevando-se a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

- **Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados**

Descrição: Promover mecanismos de integridade e transparência em relação aos atos de gestão praticados, garantindo-se alinhamento entre a estratégia corporativa e prioridades de gestão às despesas de maior impacto orçamentário.

- **Assegurar o tratamento dos conflitos trabalhistas**

Descrição: Proporcionar o desenvolvimento da cultura da paz, estimulando a aplicação de meios consensuais de solução de conflito, como a mediação e a conciliação, com vistas a consolidar a Política de Tratamento Adequada de Conflito de Interesses, prevista na Resolução CNJ n. 125/2010.

- **Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas**

Descrição: Garantir estrutura, sistemas de informação, processos de trabalho padronizado, bem como pessoal qualificado para o tratamento e solução das demandas judiciais seriadas, visando alcançar maior segurança jurídica, economia processual e racionalidade administrativa na gestão judiciária.

- **Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica**

Descrição: Aprimorar as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos de trabalho inovadores, com suporte de sistemas digitais integrados de gestão de pessoal, de aquisições, de finanças, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência.

OBJETIVOS DA PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- **Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira**

Descrição: Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.

- **Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional**

Descrição: Desenvolver, regulamentar e aplicar estratégias eficientes de alocação de força de trabalho, bem como propiciar um ambiente de trabalho saudável, levando-se em consideração os aspectos físicos e psicossociais que envolvam a organização do trabalho, a gestão por competências, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças e a autorresponsabilidade dos servidores e magistrados, os normativos dos órgãos de controle, as peculiaridades da jurisdição trabalhista, as competências exigíveis para o trabalho digital, como também as modalidades de trabalho presencial e à distância, além da inovação dos métodos de trabalho.

- **Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC e a proteção de dados**

Descrição: Garantir o aprimoramento, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação e dos bancos de dados mantidos pela Justiça do Trabalho, por meio de mecanismos de controle consistentes, bem como a modernização de ativos e tecnologias que visem à implementação de grandes bases de dados e aplicação de inteligência artificial para a melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

1.6.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRT-11 E ESTRATÉGIA NACIONAL

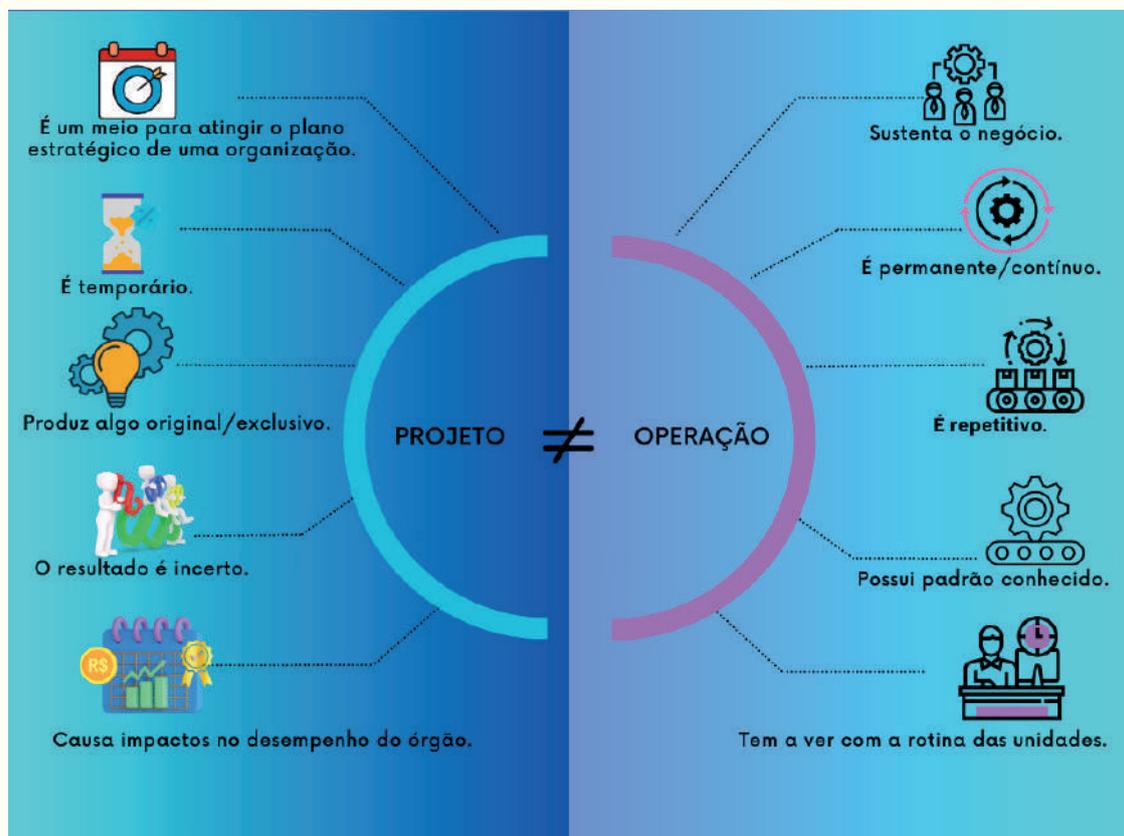
O alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário ocorre por meio da contribuição dos ramos de justiça, respeitando suas particularidades. No caso da Justiça do Trabalho, esse alinhamento se dá pela vinculação de seus objetivos estratégicos aos macrodesafios nacionais, conforme previsto no art. 17 da Resolução CNJ n. 325/2020. Como já dito anteriormente, a Identidade Estratégica da JT é compartilhada por todos os TRTs.

Perspectiva	Macrodesafio Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026	Objetivo Estratégico Plano Estratégico Institucional do TRT-11 2021-2026
Sociedade	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
	Garantia dos direitos fundamentais	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
	Promoção da sustentabilidade	
	Garantia dos direitos fundamentais	
Processos Internos	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	Garantir a duração razoável do processo
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados
	Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
	Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Fortalecer a governança e a gestão estratégica
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

2. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Para alcançar os objetivos estratégicos e superar as lacunas entre o desempenho atual e o almejado, é essencial a implementação de iniciativas específicas. Essas iniciativas podem assumir a forma de projetos, programas ou planos de ação, externos às atividades de rotina.

Projetos consistem em esforços temporários, com início e fim bem definidos, voltados à entrega de um resultado único, específico, inovador e distinto dos demais produtos ou serviços que a organização produz rotineiramente. Por sua natureza, envolvem atividades que não se confundem com os processos de trabalho que fazem parte da rotina da organização, as chamadas operações, em que são produzidos produtos ou serviços contínuos e/ou repetitivos.



Quando os projetos estão interligados por objetivos estratégicos comuns e são gerenciados de forma coordenada para gerar valor institucional formam um Programa.

Já os Planos de Ação são iniciativas estratégicas de menor complexidade em relação aos projetos, pertencentes ao nível operacional, mas que não tratam das operações (rotinas) das unidades. Reúnem um conjunto de atividades bem definidas, estruturadas em um cronograma com prazos estabelecidos, responsáveis designados e detalhamento das etapas de execução. Seu objetivo é garantir o acompanhamento sistemático das ações e facilitar o alcance de metas específicas, sem demandar a formalização e o gerenciamento típicos de um projeto.

3. EIXOS DA GESTÃO DO BIÊNIO 2024 - 2026

A alta administração é um dos principais atores no processo de gestão estratégica, pois o dirigente máximo é o principal decisor em termos de formulação da estratégia e a quem incumbe a responsabilidade final por sua execução e pelos resultados alcançados.

Nesse contexto, a Presidência do Regional deve viabilizar as condições necessárias à concretização das iniciativas planejadas, garantindo o adequado provimento, organização e manutenção de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos. Também é sua atribuição promover um ambiente de trabalho seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento profissional, no qual o capital humano se sinta valorizado, motivado e comprometido com os resultados institucionais, em benefício da sociedade.

A busca por maior eficácia, eficiência e efetividade depende, em grande medida, da forma como a organização emprega seus recursos, lidera pessoas e coordena esforços em todas as áreas funcionais, adotando uma abordagem sistêmica, colaborativa e orientada por resultados.

O alcance dos objetivos estratégicos depende diretamente da promoção de ações voltadas à qualificação e ao estímulo à participação e colaboração de todo o corpo funcional. Essas medidas favorecem a adoção de ferramentas e práticas organizacionais que fortalecem a gestão de riscos, otimizam os processos de trabalho e ampliam as oportunidades de inovação e crescimento institucional.

Para o biênio 2024-2026, a Presidência do TRT da 11ª Região definiu oito Eixos de Gestão, alinhados aos dez objetivos estratégicos do tribunal, destacando as ações prioritárias a serem executadas durante o período.

Esses eixos refletem o compromisso da administração com uma Justiça do Trabalho mais acessível, eficiente e transparente. Os quatro primeiros são: 1 - Ampliação do Acesso à Justiça e Acessibilidade, com foco em iniciativas que aproximem a Justiça da população; 2 - Revitalização da Infraestrutura Predial, Qualidade de Vida e Sustentabilidade, voltada à melhoria do ambiente institucional e à promoção do trabalho decente; 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, visando garantir a razoável duração do processo e a efetividade na solução de conflitos; e 4 - Promoção da Integridade e Transparência, com ênfase no fortalecimento da ética e da responsabilidade na gestão pública.

	Objetivo Estratégico		Iniciativas
<p>EIXO 1 AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E ACESSIBILIDADE</p> <p>EIXO 2 REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE</p> <p>EIXO 3 AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</p> <p>EIXO 4 PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA</p>	1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais		<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da Justiça Itinerante. • Projeto Construindo Pontes: Justiça e Sociedade. • Projeto Conecta Cidadão.
	2. Promover o trabalho decente e a sustentabilidade		<ul style="list-style-type: none"> • Processo licitatório do Novo Fórum Trabalhista de Manaus. • Revitalização das Varas do Trabalho do Interior do Amazonas e de Boa Vista. • Projeto RecicLAtivo. • Projeto Balcão da Empregabilidade de PcD.
	3. Garantir a duração razoável do processo 5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas 6. Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Inova Aud11. • Fortalecimento das Cooperações Judiciais. • Fortalecimento das Cooperações Administrativas.
	4. Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Certificação ABNT. • Projeto Fluxo Inteligente. • Projeto Eco Chamado (ChatBot).

Complementam o conjunto de prioridades da gestão no biênio 2024-2026 os seguintes eixos: 5 - Fortalecimento da Governança Administrativa e Judiciária, que busca aprimorar a governança institucional, assegurando maior transparência, integridade e alinhamento das ações aos objetivos estratégicos; 6 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, voltado ao uso eficiente e racional dos recursos públicos; 7 - Humanização nas Relações de Trabalho, alinhada à valorização do capital humano e ao fortalecimento de um ambiente laboral equilibrado e acolhedor; e 8 - Revitalização da Infraestrutura Tecnológica e Inovação, cujo objetivo é ampliar a governança em tecnologia da informação, garantir a segurança de dados e fomentar a cultura da inovação no âmbito do tribunal.

	Objetivo Estratégico		Iniciativas
<p>EIXO 5 FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA</p> <p>EIXO 6 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</p> <p>EIXO 7 HUMANIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO</p> <p>EIXO 8 REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO</p>	7. Fortalecer a governança e a gestão estratégica		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Progestão. • Projeto Descomplicando a Gestão de Pessoas. • Projeto SIGPRO - Sistema Integrado de Gestão de Projetos.
	8. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira		<ul style="list-style-type: none"> • Redução de despesas com Diárias e Passagens. • Projeto Guia Prático do SIGEO. • Projeto Orçamento em Foco.
	9. Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Mentora 11. • Projeto Desaceleração. • Implementar Banco de Horas Digital. • Reestruturação do Trabalho Remoto.
	10. Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto InovaTRT11. • Projeto Voz e Rede. • Projeto Armazenamento 360°. • Inovação IA x magistratura.

3.1 PORTFÓLIO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DO TRT-11

Os projetos são instrumentos fundamentais para a concretização do plano estratégico de uma organização. A gestão de projetos favorece a alocação eficiente de recursos, por meio da identificação, racionalização, otimização e mensuração de insumos e resultados. Além disso, promove o compartilhamento de informações entre as unidades envolvidas na execução da estratégia, fortalecendo a articulação entre áreas, estimulando a adoção de melhorias, e impulsionando soluções criativas e inovadoras em um ambiente de colaboração, motivação e sinergia organizacional.

O Portfólio de Iniciativas Estratégicas reúne, de forma coordenada, os projetos, programas e planos de ação que orientarão este Regional no alcance de seus objetivos estratégicos e na concretização de sua visão institucional. Por meio do Ofício Circular n. 002/2025/SGP, de 13 de janeiro de 2025, as unidades administrativas diretamente vinculadas à Presidência do TRT da 11ª Região foram convocadas a apresentar as iniciativas que contribuirão para a execução da estratégia institucional no biênio 2024-2026.

Essas iniciativas foram apresentadas na 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2025, realizada em 14 de fevereiro, ocasião em que foram prestados esclarecimentos e promovidos os ajustes necessários para sua aprovação pela presidência do tribunal.

Ressaltamos que o portfólio de projetos apresentado neste Plano de Gestão da Presidência (PGP) poderá ser revisado ao longo do biênio 2024-2026, uma vez que a estratégia deve manter coerência com as dinâmicas do ambiente institucional e externo. Isso requer reavaliações periódicas, com a adoção de medidas corretivas ou ajustes na execução, sempre que necessário. Ao todo, foram propostos 55 projetos, todos aprovados pela Presidência do TRT da 11ª Região, os quais são apresentados a seguir.

PROJETOS PGP 2024-2026

Eixo 1: AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E ACESSIBILIDADE

Objetivo Estratégico 1: FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

- Comunica PJe
- Construindo Pontes: Justiça e Sociedade
- Governança da Comunicação
- Expansão da Justiça Itinerante
- Conecta Cidadão
- Portal de Execução

6 Projetos

Eixo 2: REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE

Objetivo Estratégico 2: PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE

- Vozes da Experiência
- Balcão da Empregabilidade de PcD
- Sistema de Reciclagem - ReciclAtivo
- Mais Segurança
- CFTV Móvel
- Escudo Rosa – Proteção e a Força Feminina: Mulheres Protegendo Umas às Outras
- Mãos à Obra
- Alô Manu Interior
- Retomada da Obra de Construção do Fórum Trabalhista de Manaus

9 Projetos

Eixo 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Objetivo Estratégico 3: GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

- Inova Aud11
- Calendário Anual de Pautas Temáticas de Conciliação nos CEJUSCS - JT
- Hora 11
- Jornada de Atualização em Precatórios e RPVS
- CONVEN-PREC – Convênios com os Entes Públicos Municipais e ECT
- Hora Onze – Execução Efetiva
- DPP em Ação – Explorando as Ferramentas de Pesquisa Patrimonial
- Conheça a DPP

8 Projetos

PROJETOS PGP 2024-2026

Eixo 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Objetivo Estratégico 5: ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

- Nunca é Tarde Para Conciliar
- Guia Prático de Audiências no CEJUSC

2 Projetos

Eixo 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Objetivo Estratégico 6: GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS

- RIMA – Rede de Inteligência dos Magistrados

1 Projeto

Eixo 4: PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA
Objetivo Estratégico 4: PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS

- ISO 37.301 – Sistema de Gestão de Compliance no TRT11
- Fluxo Inteligente: Fluxograma da Secretaria de Administração
- Eco Chamado

3 Projetos

Eixo 5: FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA
Objetivo Estratégico 7: FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA

- PROGESTÃO: Contratações em Foco
- SIGPRO – Sistema Integrado de Gestão de Projetos
- SIGHORUS
- Consolida Decon – Resolução Unificada de Normas
- (Im)Pactos
- Descomplicando a Gestão de Pessoas
- Sistema Unificado de Recadastramento de Beneficiários
- Implementação do Sistema COMPREV no TRT11
- Levantamento e Recuperação de Passivos Administrativos Não Identificados – Pós-Incêndio
- Gestão Integrada
- Transporte Seguro

11 Projetos

PROJETOS PGP 2024-2026

Eixo 6: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Objetivo Estratégico 8: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Orçamento em Foco
- Guia Prático do SIGEO – Diárias e Viagens

2 Projetos

EIXO 7: HUMANIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL

- Mentora TRT11
- Lotação Ideal das Unidades Administrativas (Dimensionamento da Força de Trabalho)
- Arandu de Consultoria Interna
- DFT na Área Administrativa do TRT11
- DesacelerAÇÃO
- Implementação do Banco de Horas no TRT11
- Saúde em Movimento: Protegendo Vidas

7 Projetos

Eixo 8: REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO
Objetivo Estratégico 10: APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS

- Portal de Consultas Funcionais do Magistrado
- Inova TRT11
- JTe – Atendimento Digital Trabalhista
- Painel Estratégico da Segurança da Informação
- Voz e Rede
- Armazenamento 360°

6 Projetos

3.2 DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DO PGP 2024-2026

Com foco na objetividade, apresentamos a seguir uma descrição resumida dos projetos previstos para execução no biênio 2024-2026. Detalhamentos adicionais sobre cada iniciativa podem ser consultados no portal institucional, no menu "Gestão Estratégica", aba "Projetos".

Eixo 1: AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E ACESSIBILIDADE	
Objetivo Estratégico 1: FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS	
PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Comunica PJe	CSP
Construindo Pontes: Justiça e Sociedade	COORDCOM
Governança da Comunicação	COORDCOM
Expansão da Justiça Itinerante	PRESIDÊNCIA
Conecta Cidadão	SGJ
Portal de Execução	DECON
06 PROJETOS	

1. COMUNICA PJe

Finalidade: Melhorar a comunicação, compartilhamento e divulgação de informações sobre o Sistema PJe tais como: paradas do sistema, eventos sobre o PJe, melhorias das funcionalidades, atualização de versões etc. O projeto trará mais transparência e celeridade na divulgação de informações aos diversos usuários (internos e externos), permitindo que magistrados, servidores, advogados e demais usuários do PJe possam planejar e executar suas atividades de maneira mais produtiva, ampliando o acesso à Justiça Trabalhista.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Sistemas Processuais (CSP).

Gerente do Projeto: Ricardo Henrique Alves de Carvalho.

Escopo do Projeto: O projeto pressupõe operacionalizar o fluxo ágil de divulgação de informações sobre o sistema PJe nos diversos meios disponíveis no tribunal, permitindo que magistrados, servidores, advogados e demais usuários do sistema possam planejar e executar suas atividades de forma mais produtiva, além de ampliar o acesso à Justiça Trabalhista e, também, a melhoria contínua da gestão e eficiência na comunicação institucional deste Regional.

As informações, de acordo com o tipo de conteúdo e natureza, poderão ser geradas pelos seguintes atores: Coordenadoria de Sistemas Processuais (CSP); Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC); Subcomitê do PJe.

Orçamento: R\$ 17.000,00 (total).

Entrega 1: Criação de grupos de whatsapp para divulgação de informações em massa - R\$ 5.000,00.

Entrega 2: Desenvolvimento ou aquisição de software (custo relacionado à aquisição de software) - R\$ 12.000,00.

2. CONSTRUINDO PONTES: JUSTIÇA E SOCIEDADE

Finalidade: Implementar ações estratégicas e integradas de comunicação que aproximem a Justiça do Trabalho da sociedade, visando contribuir para o melhor entendimento sobre os serviços jurisdicionais e administrativos oferecidos pelo TRT-11, por meio de linguagem clara, didática e acessível. Além de visar à transparência e dar visibilidade às ações do tribunal, o projeto busca fortalecer a relação institucional do TRT-11 com a sociedade, consolidando a imagem institucional e evidenciando o papel essencial da justiça trabalhista.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM).

Gerente do Projeto: Andreia Cristina de Almeida Nunes.

Escopo do Projeto: Entre as ações do projeto a serem implementadas estão:

- Série documental "Fazendo Justiça": Produção, gravação e edição de uma série documental de 4 vídeos com depoimentos de pessoas que foram atendidas pela Justiça do Trabalho, evidenciando o impacto positivo das ações do TRT-11 na vida das pessoas.
- Série "Me explica Direito": Produção, gravação e edição de 6 vídeos para as redes sociais com juízes do trabalho respondendo dúvidas da população sobre direitos e deveres trabalhistas.
- Material gráfico impresso: Produção e impressão de flyer e ventarolas explicando o que é a Justiça do Trabalho e seus principais serviços (flyer, ventarola).
- Priorização de conteúdos: Priorizar a veiculação de notícias e posts nas redes sociais com conteúdo jurídico e de serviços (51%).

- Relacionamento com a mídia:

- Envio de releases à imprensa acompanhados de kit multimídia (fotos, áudio e vídeos) (35% dos releases enviados).

- Apresentar estudo para a contratação de treinamento de mídia aos dirigentes do tribunal e gestores regionais de programas da Justiça do Trabalho.

Orçamento: Recurso orçamentário para a aquisição de equipamentos:

- Máquina e Lente Fotográfica - R\$ 45.000,00

- iPhone 16 ProMax - R\$ 12.000,00

- Treinamento de Mídia - R\$ 30.000,00

3. GOVERNANÇA DA COMUNICAÇÃO

Finalidade: Estabelecer diretrizes, processos e normativos que assegurem uma comunicação planejada, integrada e alinhada aos objetivos estratégicos do TRT-11 e ao interesse público.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM).

Gerente do Projeto: Andreia Cristina de Almeida Nunes.

Escopo do Projeto: Entre as ações do projeto a serem implementadas estão:

- Plano de Comunicação Social: Criação, normatização e implementação do Plano de Comunicação Social do Biênio 2024-2026.

- Catálogo de Serviços da COORDCOM: Criação, normatização e implementação do Catálogo de Serviços da Coordenadoria de Comunicação Social.

- Política de Comunicação Social: Atualização da Resolução Administrativa nº 304/2021, que institui a Política de Comunicação Social no âmbito do TRT-11.

4. EXPANSÃO DA JUSTIÇA ITINERANTE

Finalidade: Ampliar o acesso à justiça, oferecendo diversos serviços do Poder Judiciário e de parceiros institucionais, promovendo cidadania e solucionando conflitos nas comunidades localizadas em regiões remotas ou de difícil acesso. Possibilitar que a Justiça do Trabalho se aproxime, de forma mais eficiente, da população com maior dificuldade de acessos geográficos e tecnológicos, e num quadro de vulnerabilidade socioeconômica, com atenção aos povos originários/ indígenas. Expansão preventiva e educativa do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, do Programa do Trabalho Seguro, e do Combate e Extinção ao Trabalho Análogo à Condição de Escravo. Implantação de metas dos Objetivos de Desenvolvimento Social da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, em especial os de números 5, 8, 10 e 16, com vinculação direta às metas estabelecidas para o Brasil. Atenção para ações afirmativas que contemplem, no âmbito da Justiça do Trabalho, marcadores de equidade de gênero, de raça e diversidade. Implantação de parcerias através de termos de cooperação com Instituições essenciais para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável, revitalizadas e reforçadas através de um espírito de solidariedade com concentração especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis. Difusão de uma política de trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades regionais na Amazônia, com respeito pela raça, etnia e diversidade cultural.

Unidade Responsável: Presidência do TRT-11.

Gerente do Projeto: Provisório: Grupo de Trabalho (Portaria 005 e 031/2025/SGP) / Permanente: Comitê Permanente de Itinerância.

Escopo do Projeto:

- Compreender, no espaço geográfico que abrange a 11^a Região, quais os maiores pontos de vulnerabilidade de acesso à Justiça e aos serviços públicos básicos de cidadania.
- Celebração de parcerias através de termos de cooperação com instituições essenciais para a cidadania.
- Capacitação da equipe de itinerância para atuar nas comunidades, garantindo que os serviços sejam prestados de forma eficiente e sensível às necessidades locais.
- Desenvolvimento de materiais informativos e educativos sobre o funcionamento do sistema judiciário e os direitos do cidadão.

Orçamento: Justiça Itinerante.

5. CONECTA CIDADÃO

Finalidade: Apresentar à sociedade, de forma simplificada e intuitiva, todos os serviços oferecidos pelo tribunal, facilitando o encontro de informações com a disponibilização de opção de busca e adoção de linguagem simples.

Unidade Responsável: Secretaria-Geral Judiciária (SGJ).

Gerente do Projeto: Gabriela Maria Aragão Nery.

Escopo do Projeto:

- Definição dos serviços a serem contemplados.
- Envio de informações detalhadas e atualizadas pelas unidades.
- Revisão para utilização do conteúdo em linguagem simples.
- Definição do formato de apresentação, garantindo a acessibilidade do conteúdo.
- Regulamentação.
- Disponibilização.
- Divulgação.
- Atualização periódica.

Orçamento: Não se aplica.

6. PORTAL DE CONSULTAS ÀS EXECUÇÕES CENTRALIZADAS NA DECON

Finalidade: Visa a criação de um site institucional, acessível pela aba "Sites Institucionais" do Portal do TRT-11, que concentre informações relativas às formas de reuniões de execuções praticadas institucionalmente no Regional (legislações, modalidades, área de dúvidas frequentes); informações importantes concernentes a hastas públicas e resultados de leilões judiciais; Informações históricas da Semana Nacional da Execução Trabalhista (edições passadas e correntes). Autorizado no DP 13382/2023.

Unidade Responsável: Divisão de Execução Concentrada (DECON).

Gerente do Projeto: Vítor Cruz e Silva Vasquez.

Escopo do Projeto:

- Etapa de levantamento de dados e informações junto às unidades judiciárias, à SETIC e demais setores pertinentes do Regional:
 - Seleção de documentos, modelos, atos administrativos e normativos, legislações relativas a cada categoria;
 - Filtragem, seleção e consolidação de dados das operações correntes e anteriores das categorias que necessitarem.
- Tratamento dos dados, informações e documentos em questão.
- Criação da estrutura visual e funcional do Portal:
 - Construção do “esqueleto” do portal e alimentação das categorias do portal com os dados e elementos levantados anteriormente;
 - Análise de Usabilidade, Responsividade, Acessibilidade, Consistência, Balanço, Alinhamento e Proximidade.
 - Implementação e teste de “stress” do site.
 - Incorporação do acesso ao portal na página principal do Portal do TRT-11.
- Manutenção do site e curadoria das informações pela DECON e pela SETIC.

Orçamento: Será utilizada a estrutura de servidores e equipamentos já disponibilizados pelo tribunal, não havendo, em primeira e segunda análise, necessidade de previsão orçamentária ou cotação de preços.

Eixo 2: REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE	
Objetivo Estratégico 2: PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE	
PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Vozes da Experiência	ASSEGESP
Balcão da Empregabilidade de PcD	SEGEAMBI
Sistema de Reciclagem – <u>ReciclAtivo</u>	SEGEAMBI
Mais Segurança	DIVAEI
CFTV Móvel	COOPJUD
Escudo Rosa – Proteção e a Força Feminina: Mulheres Protegendo Um às Outras	COOPJUD
Mãos à Obra	DG
Alô Manu Interior	DG
Retomada da Obra de Construção do Fórum Trabalhista de Manaus	COMANP/NUAE
09 PROJETOS	

7. VOZES DA EXPERIÊNCIA

Finalidade: O projeto busca reconhecer o trabalho dos servidores mais antigos e o servir público, aumentando o sentimento de pertencimento, a motivação dos servidores que passam a se sentir mais valorizados, gerar a troca de experiências, o crescimento da qualidade de vida no trabalho e a conseqüente, melhorar a eficiência nas atribuições desenvolvidas no âmbito do TRT-11. Sinteticamente o projeto objetiva:

- Reter talentos e/ou recursos humanos necessários ao desempenho das atividades.
- Contribuir para o alcance da missão institucional e dos objetivos estratégicos do TRT-11.
- Propiciar o crescimento profissional dos servidores.
- Fomentar o desenvolvimento de competências.
- Valorizar o desempenho do quadro de servidores.
- Promover o bem-estar físico, psicológico e social, com vistas à melhoria do clima organizacional.

Unidade Responsável: Assessoria de Governança de Gestão de Pessoas (ASSEGESP), em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM).

Gerentes do Projeto: Keine Barbosa Bezerra do Valle e Andreia Cristina de Almeida Nunes

Escopo do Projeto: Este projeto pressupõe engajar todos os servidores do Regional, valorizando os serviços prestados, seja na área-meio como na área-fim, reconhecendo os servidores mais antigos, que serão indicados pelos colegas e entrevistados sobre a sua atuação no tribunal. Dos depoimentos recebidos, será realizado um copilado em um livro digital, sendo publicado nos meios de comunicação do tribunal, com um campo específico para votação por todos que integram o TRT-11, para a escolha dos 12 servidores que serão homenageados com a sua história registrada no calendário institucional de 2026.

Orçamento: Há orçamento programado dentro da grade da COORDCOM.

8. BALCÃO DE EMPREGABILIDADE DE PcD

Finalidade: Tem como objetivo principal promover a inclusão e a empregabilidade de pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho, com base nos princípios da dignidade humana, da não discriminação e da equidade de oportunidades. Alinhado à Política Nacional de Acessibilidade e Inclusão (Resolução CNJ 386/2024), o projeto visa facilitar a conexão entre trabalhadores e PcD, oferecer suporte para inclusão no mercado de trabalho.

Unidade Responsável: Seção de Gestão Socioambiental, Acessibilidade e Inclusão (SEGEAMBI).

Gerentes do Projeto: Líndice Cristina Prata de Oliveira e Vicente Fernandes Tino.

Escopo do Projeto: Semana do Balcão da Empregabilidade PcD nas dependências do tribunal com a realização de contratações pelas empresas parceiras, palestras, oficinas e rodas de conversas para conscientização do público interno e externo sobre a temática.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Camisetas personalizadas do projeto - estimativa: 100 unidades	R\$ 5.000,00	2025
Material Gráfico - banner, folheto, panfletos, flyer, adesivos etc.	R\$ 1.500,00	2025
Material de expediente a ser usado no evento	R\$ 500,00	2025
Lanche/Alimentação/Locação mesas e cadeiras - estimativa: 100 unidades	R\$ 2.000,00	2025
TOTAL	R\$ 9.000,00	2025

9. SISTEMA DE RECICLAGEM - ReciclAtivo

Finalidade: Considerando que o processo de coleta seletiva do tribunal tem sido feito de forma inconstante e com riscos para o meio ambiente, bem como a necessidade de atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) e a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário Resolução nº 400, de 16/06/2021, o projeto propõe a contratação de empresa para coleta e destinação correta dos resíduos descartáveis do Regional conforme escopo do projeto.

- Definições Coleta Seletiva e Coleta Seletiva Solidária, segundo o art. 3 da Resolução 400/2021, incisos II e III:
- Coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição com destinação ambientalmente adequada;
- Coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Unidade Responsável: Seção de Gestão Socioambiental, Acessibilidade e Inclusão (SEGEAMBI).

Gerentes do Projeto: Antônio Karlos Duarte Souto Junior e Vicente Fernandes Tino.

Escopo do Projeto:

- Instalar contêineres específicos para descarte seletivo.
- Fornecer o selo de certificação de reciclagem para o tribunal.
- Divulgar em campanhas e eventos de conscientização o tema sustentabilidade.
- Implementar a coleta e reciclagem ambientalmente correta de resíduos sólidos.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Contratação da empresa especializada na destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos	R\$ 36.000,00	2025

10. MAIS SEGURANÇA

Finalidade: Implementação de um sistema integrado de controle de acesso e monitoramento no TRT-11, utilizando reconhecimento facial e integração com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) para reforço da segurança institucional.

Unidade Responsável: Divisão de Apoio Externo Institucional (DIVAEI).

Gerente do Projeto: Ailton Luiz dos Santos.

Escopo do Projeto: Desenvolvimento e implantação de credenciamento digital, reconhecimento facial, integração com videomonitoramento e capacitação de agentes de segurança.

Orçamento: Sem impacto financeiro adicional, com uso da infraestrutura e tecnologia já disponíveis.

11. CFTV MÓVEL

Finalidade: Fortalecer a Segurança dos magistrados e jurisdicionados em eventos externos do TRT-11.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Polícia Judicial (COOPJUD).

Gerentes do Projeto: Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva e Robson Barbosa Cordeiro.

Escopo do Projeto:

- Instalação de Câmeras – CFTV para o monitoramento dos eventos externos realizados pelo TRT-11 (caravanas da justiça, seminários, ações sociais), reforçando assim, as atividades de Segurança. Para tanto é necessário a aquisição, de câmeras e sistemas de monitoramento remoto, de fácil instalação, e câmeras corporais, tipo Bodycams, com registro e análise de imagens, monitoramento de áreas de difícil acesso visual, podendo ser integrado com atuação do policiamento militar local e/ou segurança privada do evento, de modo a facilitar o desenvolvimento das atividades de segurança da Polícia Judicial e garantindo maior agilidade operacional dos procedimentos adotados pela Coordenadoria de Polícia Judicial.
- Treinar e capacitar dos Agentes de Polícia Judicial mediante cursos nos sistemas de monitoramento, além da utilização da atividade com as câmeras corporais.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Aquisição e Entrega de 04 (Quatro) Câmeras de CFTV, tipo PTZ, móvel e compacta, com pedestal para integrar o Acervo Tecnológico do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.	R\$ 12.000,00	2025/2026 Caso exista disponibilidade orçamentária
Aquisição e Entrega de 10 (Dez) Câmeras Corporais, tipo <u>Bodycams</u> , como parte dos equipamentos do Agente de Polícia Judicial.	R\$ 10.000,00	2025/2026 Caso exista disponibilidade orçamentária
Treinamento e Capacitação de 20 (Vinte) Agentes de Polícia Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região em sistema de CFTV.	R\$ 20.000,00	2025/2026 Caso exista disponibilidade orçamentária

12. ESCUDO ROSA – PROTEÇÃO E A FORÇA FEMININA: MULHERES PROTEGENDO UMAS ÀS OUTRAS

Finalidade: Promover o conhecimento de segurança e defesa às mulheres do TRT-11, magistradas, juízas, servidoras, terceirizadas e estagiárias. Ensinar técnicas simples e eficazes de defesa pessoal para mulheres. Promover a autoestima e o autocuidado. Reduzir o medo e aumentar a confiança das participantes. Criar um ambiente seguro e acolhedor para todas as participantes.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Polícia Judicial (COOPJUD), em parceria com a Divisão de Apoio Externo Institucional (DIVAEI).

Gerentes do Projeto: Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva e Ailton Luiz dos Santos.

Escopo do Projeto:

- Capacitação para uso de equipamentos de defesa pessoal – Kit Defesa: Promover o treinamento das participantes no manuseio adequado de equipamentos de defesa pessoal, com o objetivo de neutralizar possíveis investidas agressivas e proporcionar alternativas para escapar de situações de risco ou desespero.
- Orientações em defesa pessoal para mulheres: Oferecer instruções práticas e teóricas sobre técnicas de defesa verbal e física, fortalecendo a autoconfiança e o autocontrole emocional em situações adversas. As estratégias incluem a manutenção de distância segura, o uso do ambiente como recurso de proteção e a aplicação de técnicas simples e eficazes de reação.

- Capacitação de instrutoras: Treinar a Agente de Polícia Judicial e a Policial Militar designadas para atuarem como instrutoras dos cursos e oficinas, assegurando qualidade e alinhamento técnico aos conteúdos ministrados.
- Parceria com a Ouvidoria da Mulher: Solicitar o apoio e a presença da Ouvidoria da Mulher nas etapas pertinentes do projeto, a fim de fortalecer as ações institucionais voltadas à proteção e ao empoderamento feminino.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Instrutores/servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, <u>APJs</u> Capacitados.	R\$ 10.000,00	2025/2026 Caso exista disponibilidade orçamentária
Materiais para treinamento: 16 pares de luva de Box de meio dedo (R\$111,61); 08 Kit luta Aparador Chute Manopla Foco Soco (R\$ 339,91); 16 Capacetes de Proteção (R\$ 157,00).	R\$ 7.017,04	2025/2026 Caso exista disponibilidade orçamentária

13. MÃOS À OBRA

Finalidade: Capacitar, integrar e alinhar as unidades administrativas do TRT-11 envolvidas na retomada da obra do novo Fórum Trabalhista, instruindo e capacitando os gestores a concluírem, com êxito, o processo licitatório na modalidade concorrência, garantindo a consecução do objetivo estratégico de promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para servidores(as) e magistrados(as).

Unidade Responsável: Diretoria-Geral (DG).

Gerentes do Projeto: Ildefonso Rocha de Souza e Devane Batista Costa.

Escopo do Projeto: O projeto terá como ponto de partida a realização de reunião com os(as) gestores(as) das unidades administrativas responsáveis pelo cumprimento das etapas da contratação. Será solicitada a capacitação, por meio de treinamento in company dos servidores envolvidos na retomada da obra, em gestão e fiscalização de contratos administrativos de obras e serviços de engenharia e em planejamento das contratações segundo a Lei nº 14.133/2021. Será desenvolvido um sistema de gerenciamento das tarefas realizadas e das unidades envolvidas no processo licitatório para fins de possibilitar o monitoramento das etapas da contratação.

Orçamento:

Entrega 1	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Capacitação dos(as) servidores(as) envolvidos(as) na contratação	99.000,00	2025

14. ALÔ MANU INTERIOR

Finalidade: Integrar e alinhar as unidades administrativas do TRT-11, envolvidas na organização e elaboração do cronograma de manutenção e na execução dos serviços de manutenção das Varas do Trabalho do interior do Estado do Amazonas, instruindo e monitorando os(as) gestores(as) a concluírem, com êxito, as rotinas de inspeção e a execução das atividades necessárias para garantir a consecução do objetivo estratégico de promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para servidores(as) e magistrados(as) das unidades jurisdicionais do interior.

Unidade Responsável: Diretoria-Geral (DG).

Gerentes do Projeto: Ildefonso Rocha de Souza e Devane Batista Costa.

Escopo do Projeto: O projeto terá como ponto de partida a realização de reunião com os(as) gestores(as) das Varas do Trabalho do interior para ouvir as demandas das respectivas unidades judiciais. Após, será solicitado das Varas o levantamento de suas necessidades de manutenção com o respectivo encaminhamento para a Diretoria-Geral. Será elaborado um cronograma de inspeção e manutenção das Varas do Trabalho do interior pela Secretaria de Administração, por meio da Seção de Manutenção de Bens (SEMANBE). Elaborado o cronograma e realizado o levantamento das necessidades das Varas, serão destacadas as equipes da SEMANBE que executarão a inspeção e os serviços de manutenção nas unidades jurisdicionais do interior.

Orçamento: Não há necessidade de recursos orçamentários dedicados ao projeto.

15. RETOMADA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE MANAUS

Finalidade: Dar continuidade à obra de construção do Fórum Trabalhista de Manaus, um edifício moderno, sustentável e de alta qualidade, com o objetivo de constituir patrimônio próprio e eliminar a dependência de contratos de aluguel. O FTM é uma edificação em construção composta por 15 pavimentos, incluindo 3 subsolos, térreo e 11 pavimentos superiores. Com uma área total de 25.868,68 m², localizado no Complexo Trabalhista na Praça 14 de Janeiro, o Fórum foi projetado para acomodar 26 varas do trabalho, além de contar com áreas de apoio, bancos, salas de aula destinadas à Escola Judicial e um auditório com capacidade para 141 lugares, incluindo 6 assentos PcD. Os projetos técnicos da obra foram refeitos nos padrões BIM e idealizados contemplando as mais eficientes e inovadoras soluções técnicas de mercado, em busca da otimização dos sistemas, o conforto dos usuários e a racionalização dos recursos naturais primando pela melhoria contínua da prestação de serviço à sociedade. Neste último, importa destacar que foram adotadas técnicas de eficiência energética, reuso de águas cinzas, fachada ventilada, dentre outras que culminaram na obtenção no selo de eficiência energética ENCE nível "A".

Unidade Responsável: Coordenadoria de Manutenção e Projetos (COMANP); Núcleo de Engenharia e Arquitetura (NUAE).

Gerente do Projeto: José Ricardo Ribeiro dos Santos.

Escopo do Projeto: Conforme projetos aprovados pelo CSJT, no plano de ação da retomada da obra constam as seguintes etapas:

1	Renovar a viabilidade técnica referente ao sistema de distribuição de energia junto a Amazonas Energia S.A.
2	Acompanhar revalidação da viabilidade técnica do sistema de distribuição de energia.
3	Elaborar e aprovar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil junto a Prefeitura Municipal.
4	Obter aprovação do projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico junto ao Corpo de Bombeiros do Amazonas – AM.
5	Obter renovação do Alvará de Construção pela Prefeitura Municipal (item 2.4).
6	Treinamento <u>in company</u> - 25 vagas - NUEA, COMANP, SAD, DG, COLICON, JUR, CACI, CGCO - Conteúdo Programático - Elaboração de ETP, Elaboração de projeto básico, modalidade de licitação, seguro garantia da obra, qualificação técnica, elaboração de edital, análise de propostas, análise de qualificação técnica, financeira e jurídica, fiscalização. Objetivos do Treinamento: - Capacitar os servidores dos setores envolvidos na aplicação da Lei 14.133/2023; - Aprimorar o conhecimento técnico dos servidores na condução de processos licitatórios complexos; - Minimizar os riscos de erros e falhas no processo licitatório; - Garantir a segurança jurídica das contratações públicas; - Promover a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos; - Contribuir para a boa gestão do erário público.
7	Notificar problemas técnicos do Portal da Transparência com TI.
8	Corrigir problema no Portal da Transparência.
9	Atualizar portal da Transparência com toda documentação aprovada da construção do novo FTM.
10	Consulta ao TRT-12 e TRT-23 quanto a experiência em contratação e execução de obras com certificação de eficiência energética.
11	Elaborar Projeto Básico para contratação de empresa para construção do FTM.
12	Elaborar Projeto Básico para contratação de empresa para gerenciamento e fiscalização subsidiária da obra do FTM.
13	Elaboração de Minuta de Edital e Contrato.
14	Verificação de conformidade da fase interna.
15	Disponibilidade orçamentária para licitação da obra.
16	Disponibilidade orçamentária para licitação do gerenciamento e fiscalização subsidiária.
17	Solicitar empresa projetista (RPEOTTA) a atualização dos preços do orçamento.
18	Publicação do Edital.
19	Treinamento com Autodesk para utilização do BIM durante execução da obra.
20	Inspeção predial em estrutura de concreto da obra inacabada do FTM, com laudo - envolvendo procedimentos técnicos e coleta de dados para diagnóstico - Inspeção visual e ensaios: <u>pacomетria</u> , carbonatação, <u>esclerometria</u> , arrancamento.
21	Mobilização e início obra da execução dos serviços de construção do novo Fórum Trabalhista de Manaus.

Orçamento: O projeto está orçado e aprovado pelo CSJT em R\$ 91.540.694,82 distribuídos assim:

2025 - R\$ 7.020.881,25

2026 - R\$ 36.977.437,22

2027 - R\$ 41.708.545,77

2028 - R\$ 5.833.830,58

- A previsão de reinício da obra é outubro de 2025 e prazo de 30 meses.

Eixo 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	
Objetivo Estratégico 3: GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	
PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Inova Aud11	CSP
Calendário Anual de Pautas Temáticas de Conciliação nos CEJUSCS JT	COONUPEMEC
Hora 11	SECEFAP
Jornada de Atualização em Precatórios e RPVS	SECEFAP
CONVEN-PREC – Convênios com os Entes Públicos Municipais e ECT	SECEFAP
Hora Onze – Execução Efetiva	DPP
DPP em Ação – Explorando as Ferramentas de Pesquisa Patrimonial	DPP
Conheça a DPP	DPP
08 PROJETOS	

16. INOVA AUD11

Finalidade: Utilizar automação na degravação de audiências de forma a agilizar e otimizar tal atividade, auxiliando juízes, secretários de audiência e demais servidores. O projeto proporcionará andamento processual mais célere e previne a ocorrência de lesões por esforço repetitivo em servidores que executam atividades de secretário de audiência, além de fomentar e incentivar a modernização da justiça trabalhista.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Sistemas Processuais (CSP).

Gerente do Projeto: Ricardo Henrique Alves de Carvalho.

Escopo do Projeto: O projeto terá como ponto de partida a definição de um Grupo de Trabalho Técnico que será responsável pelo DIAGNÓSTICO INICIAL, o que compreende identificar, conceber, desenvolver e testar ferramentas tecnológicas que sejam capazes de gravar audiências com identificação das falas dos participantes e que possuam elevada qualidade de áudio. A regulamentação e a capacitação dos servidores também fazem parte do escopo do projeto. Dessa forma, durante o DESENVOLVIMENTO dos trabalhos haverá participação da Alta Administração do Tribunal (Presidência, Corregedoria Regional), bem como de Comitês e unidades que possuam relação com a temática e atividades afetas ao projeto.

Envolve as seguintes entregas:

- Entrega 1: Definição do sistema/tecnologia a ser utilizada.
- Entrega 2: Aquisição da ferramenta escolhida na Entrega 1.
- Entrega 3*: Desenvolvimento ou compra de ferramenta própria do TRT-11.
- * Somente realizada no caso de impossibilidade da Entrega 2.
- Entrega 4: Regulamentação/normatização no tribunal.
- Entrega 5: Treinamento e Capacitação dos servidores usuários.

Orçamento: R\$ 55.000,00 (total).

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Entrega 3*: Desenvolvimento ou compra de ferramenta própria do TRT11. * Somente realizada no caso de impossibilidade da Entrega 2.	50.000,00	2025/2026
Entrega 5: Treinamento e Capacitação dos servidores usuários.	5.000,00	2026

17. CALENDÁRIO ANUAL DE PAUTAS TEMÁTICAS DE CONCILIAÇÃO NOS CEJUSCS JT

Finalidade: Fomentar permanentemente a conciliação por meio de campanhas mensais de conciliação alinhadas aos temas estratégicos da Justiça do Trabalho, buscando a conscientização da sociedade sobre direitos trabalhistas bem como sobre a autocomposição.

Unidade Responsável: Coordenadoria de apoio ao NUPEMEC/Cejusc 2º grau (COONUPEMEC).

Gerente do Projeto: Andressa Lorena Machado Tavares.

Escopo do Projeto: Serão compostas pautas temáticas no âmbito dos Cejuscs durante todo o ano, com divulgação interna no fórum respectivo, setor de atermação, no portal TRT-11, portal da conciliação, imprensa e redes sociais. As partes e advogados poderão solicitar incluir seus processos nas pautas temáticas previstas nos Cejuscs.

Ex: Março - Elas em pauta: direitos das mulheres; Abril - Verde: Segurança e medicina do trabalho; Dezembro - Natalina: para partes que desejam buscar a conciliação antes do recesso forense etc.

Orçamento: A implementação independe de orçamento, pois não há despesas com a execução.

18. HORA 11

Finalidade: Cumprir a disposição do art. 87 da Resolução Administrativa n.º 276/2023, que objetiva estreitar a relação interinstitucional entre a Presidência e as Varas do Trabalho, promovendo a interação, troca de informações e experiências entre as unidades, que poderão aproveitar o ambiente colaborativo para apresentação de dúvidas e sugestões visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos relacionados ao processamento de Precatórios e RPVs.

Unidade Responsável: Secretaria da Execução da Fazenda Pública – Precatórios (SECEFAP).

Gerente do Projeto: Gláucia de Oliveira Bezerra e Silva.

Escopo do Projeto: O projeto será desenvolvido por meio de 04 encontros que ocorrerão bimestralmente com as Varas do Trabalho para troca de experiências, apresentação de dúvidas e sugestões para melhorias no processamento dos precatórios e RPVs.

Orçamento: Não há necessidade de recursos dedicados ao projeto.

19. JORNADA DE ATUALIZAÇÃO EM PRECATÓRIOS E RPVs

Finalidade: Continuar cumprindo a disposição do art. 86 da Resolução Administrativa n.º 276/2023, que objetiva fomentar o conhecimento e promover discussão sobre temas relevantes e eventuais alterações normativas sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Unidade Responsável: Secretaria da Execução da Fazenda Pública – Precatórios (SECEFAP).

Gerente do Projeto: Gláucia de Oliveira Bezerra e Silva.

Escopo do Projeto: Deverá estabelecer procedimentos a serem seguidos pelos servidores das Varas. É requisito do projeto o prévio estabelecimento dos procedimentos a serem padronizados e ensinados, bem como seus mapeamentos e documentações.

Orçamento: O custo do projeto fica estipulado em R\$ 15.000,00.

20. CONVEN-PREC - CONVÊNIOS COM OS ENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ECT

Finalidade: Formalização de convênios com os entes públicos devedores, município e ECT, nos termos do art. 32 da Resolução CSJT n.º 314/2021, com vistas a promover a regularidade dos pagamentos dos precatórios dentro do exercício financeiro de vencimento, a fim de evitar o atraso do pagamento e garantir a efetiva entrega da prestação jurisdicional ao beneficiário concretizada pelo recebimento dos valores.

Unidade Responsável: Secretaria da Execução da Fazenda Pública – Precatórios (SECEFAP).

Gerente do Projeto: Gláucia de Oliveira Bezerra e Silva.

Escopo do Projeto: Para concretização do projeto, devem ser realizadas reuniões com os entes municipais para consulta aos interessados na formalização do convênio com o TRT-11. Após formalizados os convênios, e definição das datas de pagamento, este deverá ser acompanhado pela Secretaria de Execução da Fazenda Pública – Precatórios.

Orçamento: Não há necessidade de recursos dedicados ao projeto.

21. HORA ONZE – EXECUÇÃO EFETIVA

Finalidade: Visa estreitar a relação entre as unidades judiciárias e entre as unidades e à DPP, fortalecendo o diálogo, incentivando a interação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências, compartilhamento de estratégias e boas práticas, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e permitindo melhor gestão do conhecimento. O projeto consiste na reformulação e ampliação da iniciativa originalmente conduzida pela SECEFAP, agora direcionada especificamente aos servidores que atuam na fase de execução do processo trabalhista.

Unidade Responsável: Divisão de Pesquisa Patrimonial (DPP).

Gerente do Projeto: Laura Driele Gomes Melo Barbosa Lindoso e Lima.

Escopo do Projeto: O projeto consiste na identificação das demandas específicas das Varas do Trabalho, através do preenchimento de formulário, para melhor compreensão pela DPP. Após a coleta das inscrições, a DPP classificará as demandas e elaborará um cronograma para a realização das reuniões, que poderão ser virtuais, presenciais ou híbridas. Os encontros acontecerão todas às sextas-feiras, às 11 horas, com a participação dos servidores interessados.

Orçamento: Não há necessidade de recursos orçamentários específicos para a execução do projeto, pois será conduzido com infraestrutura já disponível no TRT-11.

22. DPP EM AÇÃO – EXPLORANDO AS FERRAMENTAS DE PESQUISA PATRIMONIAL

Finalidade: Auxiliar magistrados e servidores na utilização eficiente das ferramentas patrimoniais através dos vídeos tutoriais, reduzir dúvidas e erros operacionais, agilizar a execução de processos trabalhistas e promover a uniformização do uso de ferramentas.

Unidade Responsável: Divisão de Pesquisa Patrimonial (DPP).

Gerente do Projeto: Elson Martins de Sena.

Escopo do Projeto:

- Definição das ferramentas a serem abordadas.
- Elaboração do manual escrito (guia prático).
- Produção dos vídeos instrucionais.
- Edição e validação dos vídeos.
- Publicação e divulgação dos vídeos para servidores e magistrados.

Orçamento: Não há necessidade de recursos orçamentários específicos para a execução do projeto, pois será conduzido com infraestrutura já disponível no TRT-11.

23. CONHEÇA A DPP – PORTAL DE FERRAMENTAS

Finalidade: Fortalecer a transparência e a acessibilidade das informações sobre a atuação da DPP e as ferramentas de pesquisa patrimonial disponíveis, facilitando o acesso aos sistemas pelos magistrados e servidores, bem como auxiliando aos advogados e jurisdicionados a respeito da existência, das funcionalidades e do adequado uso dos sistemas.

Unidade Responsável: Divisão de Pesquisa Patrimonial (DPP).

Gerente do Projeto: Laura Driele Gomes Melo Barbosa Lindoso e Lima.

Escopo do Projeto:

- Definição da estrutura e conteúdo do espaço da DPP no portal do TRT-11.
- Levantamento das ferramentas de pesquisa patrimonial utilizadas no TRT-11.
- Desenvolvimento das páginas institucionais.
- Validação e ajustes do conteúdo.
- Publicação e divulgação do portal institucional da DPP.

Orçamento: Não há necessidade de recursos orçamentários específicos para a execução do projeto, pois será conduzido com infraestrutura já disponível no TRT-11.

Eixo 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Objetivo Estratégico 5: ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Nunca é Tarde Para Conciliar	COONUPEMEC
Guia Prático de Audiências no CEJUSC	COONUPEMEC
2 PROJETOS	

24. NUNCA É TARDE PARA CONCILIAR

Finalidade: O projeto propõe uma pauta temática de conciliação para processos mais antigos do TRT-11 durante o Dia Regional da Conciliação no âmbito dos CEJUSCs, varas do trabalho e gabinetes. A iniciativa visa promover a efetivação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos, além de contribuir para a redução da taxa de congestionamento na fase de execução. O Dia Regional da Conciliação é uma ação instituída por meio da Resolução Administrativa n.º 25/2019.

Unidade Responsável: Coordenadoria de apoio ao NUPEMEC/Cejusc 2º grau (COONUPEMEC).

Gerente do Projeto: Andressa Lorena Machado Tavares. .

Escopo do Projeto: O NUPEMEC solicitará previamente à Coordenadoria de Sistemas Processuais (CSP) a listagem dos processos mais antigos para subsidiar a seleção para a pauta, ainda no mês de junho. Os CEJUSCs, varas e gabinetes deverão selecionar processos para a pauta de conciliação na fase de execução, na quantidade de três a cinco processos mais antigos da unidade, e realizar as audiências no dia Regional da Conciliação. As pautas deverão ser elaboradas até julho e encaminhadas ao NUPEMEC/CEJUSC 2º grau para registro.

Orçamento: Não haverá custo financeiro para execução do projeto.

25. GUIA PRÁTICO DE AUDIÊNCIAS NO CEJUSC

Finalidade: Disponibilizar material de referência que contribua para a padronização e a melhoria contínua das práticas adotadas nas audiências conduzidas pelos CEJUSCs do TRT-11.

Unidade Responsável: Coordenadoria de apoio ao NUPEMEC/Cejusc 2º grau (COONUPEMEC).

Gerente do Projeto: Andressa Lorena Machado Tavares.

Escopo do Projeto: Compilar em um guia prático as atividades dos Cejuscs e divulgar ferramentas e boas práticas realizadas no âmbito dos Cejuscs que contribuem para o tratamento adequado dos conflitos e facilitam a negociação e aproximação entre as partes.

Orçamento: A implementação independe de orçamento, pois não há despesas com a execução.

Eixo 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	
Objetivo Estratégico 6: GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS	
PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
RIMA – Rede de Inteligência dos Magistrados	CIPAC
01 PROJETO	

26. RIMA – REDE DE INTELIGÊNCIA PARA MAGISTRADOS DO TRT11

Finalidade: A plataforma tem o objetivo de compartilhar, com maior segurança, um conjunto de informações sobre demandas repetitivas, abusivas e/ou protelatórias em curso no Regional, impondo restrições de acesso, notadamente aos litigantes envolvidos. Busca-se auxiliar os magistrados na identificação e no tratamento destes tipos de processos, em observância à Diretriz Estratégica n. 6 para o ano de 2025 e à Recomendação nº. 159/2024, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que propõem a implementação de ações para gestão do acervo anômalo, além de se alinhar ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, no que diz respeito ao acesso à justiça e à construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.

Unidade Responsável: Centro de Inteligência / Coordenadoria de Precedentes e Ações Coletivas (CIPAC).

Gerente do Projeto: Andrezza Letícia Oliveira Tundis Ramos.

Escopo do Projeto: O desenvolvimento da plataforma RIMA dependerá do auxílio direto da SETIC do tribunal e dos servidores integrantes do CIPAC e contará com algumas etapas a serem atendidas:

- Criação da plataforma em ambiente digital seguro, para acesso restrito aos magistrados do TRT da 11ª Região, mediante login e senha do sistema.
- Desenvolvimento de layout clean e categorizado, permitindo interações entre os usuários.
- Realização de uma análise de requisitos com um grupo de magistrados, para compreender suas necessidades e intenções em relação à plataforma.
- Estabelecimento de protocolos de utilização dos dados disponibilizados, garantindo a segurança da informação.
- Teste da ferramenta com um grupo restrito de usuários antes do lançamento amplo, coletando feedback para aprimoramentos.
- Lançamento da plataforma ao público-alvo.
- Indicação de uma equipe de suporte para auxílio os magistrados na integração com a nova plataforma e na compreensão dos dados.
- Alimentação permanente da plataforma pelos servidores do setor responsável.
- Monitoramento e avaliação contínua sobre o uso da ferramenta, realizando ajustes conforme necessário.

Orçamento: Não se aplica.

Eixo 4: PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA	
Objetivo Estratégico 4: PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS	
PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
ISO 37.301 – Sistema de Gestão de Compliance no TRT11	ASSIGER/SGPES
Fluxo Inteligente: Fluxograma da Secretaria de Administração	SAD
Eco Chamado	LIODS
03 PROJETOS	

27. ISO 37.301 – SISTEMA DE GESTÃO DE COMPLIANCE NO TRT11

Finalidade: Implementação e certificação do Sistema de Gestão de Compliance de acordo com os requisitos da ABNT NBR ISO 37.301 nos Processos de Contratações Públicas (Licitações) e Contratação de Pessoas do TRT-11. A certificação visa assegurar conformidade com normas legais e regulatórias, promover transparência e prevenir riscos nesses processos específicos.

Unidade Responsável: Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos (ASSIGER).

Gerente do Projeto: Matheus de Jesus Carvalho Moura.

Escopo do Projeto:

- Contratação da Consultoria Especializada (Março a Abril/2025):
 - Elaboração da documentação de planejamento e execução da contratação.
 - Integração da consultoria ao projeto e alinhamento de expectativas.
- Diagnóstico Inicial com Apoio da Consultoria (Maio a Julho/2025):
 - Revisão documental e análise dos processos internos.
 - Entrevistas com gestores estratégicos para levantamento de riscos.
 - Aplicação de questionários para identificar percepção sobre compliance.
- Planejamento da Implementação (Agosto a Setembro/2025):
 - Desenvolvimento do plano de implementação e cronograma.
 - Definição das responsabilidades e papéis institucionais no sistema de compliance.
- Desenvolvimento e Adaptação dos Processos (Outubro/2025 a Fevereiro/2026):
 - Revisão e atualização das políticas e normativos internos.
 - Implementação de sistemas e processos de controle interno.
 - Estabelecimento de canal de denúncias e procedimentos de resposta.
- Capacitação e Sensibilização (Maio/2025 a Fevereiro/2026):
 - Realização de treinamentos presenciais e online para servidores.
 - Produção de materiais educativos (cartilhas, vídeos, informativos).
 - Campanhas internas para fortalecimento da cultura de compliance:

- Monitoramento, Auditoria Interna e Contratação da Certificadora (Dezembro/2025 a Abril/2026).
 - Condução de auditorias internas simuladas para avaliação do sistema.
 - Ajustes e correções conforme recomendações da auditoria.
 - Contratação da empresa certificadora para auditoria externa.
- Auditoria Externa e Certificação (Maio a Julho/2026):
 - Submissão do TRT11 à auditoria oficial para obtenção da certificação.
 - Correção de eventuais não conformidades e reavaliação.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Contratação de consultoria especializada	90.000	2025
Contratação de empresa certificadora	30.000	2026

OBS: 75% do Orçamento da SAD e 25% do orçamento da SGPEs

28. FLUXOGRAMA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (FLUXO INTELIGENTE)

Finalidade: Aprimorar o fluxo de trabalho da Secretaria de Administração e de suas unidades subordinadas, proporcionando uma visão mais clara e simplificada dos processos de cada um dos setores.

Unidade Responsável: Secretaria de Administração (SAD).

Gerente do Projeto: Aldo José Pereira Rodrigues.

Escopo do Projeto: A SAD, juntamente com seus setores subordinados, realizará identificação e mapeamento dos fluxos de trabalho internos de cada área. Após, serão desenvolvidos diagramas que representem os processos de forma clara e padronizada, utilizando a ferramenta digital. As atividades serão compiladas em um manual único dos procedimentos executados pela Secretaria de Administração e os setores que fazem parte de sua estrutura, consolidando os fluxogramas e descrições detalhadas dos processos.

Orçamento: O projeto foi concebido sem a necessidade de utilização de recursos orçamentários e financeiros específicos, recorrendo-se aos recursos já existentes no tribunal, quais sejam, pessoas, infraestrutura técnica. O material será desenvolvido em formato integralmente digital.

29. ECO CHAMADO

Finalidade: Visa implementar um sistema de comunicação rápida entre usuários internos e externos e os setores de Manutenção e Socioambiental. A comunicação será realizada por meio do WhatsApp com Chatbot e Inteligência Artificial integrados com o objetivo de relatar problemas de manutenção predial, desperdício de água e energia e coleta de recicláveis, permitindo resolução prioritária. Trata-se de uma resposta inovadora às necessidades crescentes de sustentabilidade, eficiência operacional e redução de custos no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT-11). Este projeto é justificado pela urgência em modernizar os processos de manutenção e gestão.

Unidade Responsável: Divisão do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS.

Gerentes do Projeto: Hylace Miranda Braga Filho e Vicente Fernandes Tino.

Escopo do Projeto:

- Contratação de empresa especializada no desenvolvimento de Sistemas de Chatbot.
- Treinamento da equipe interna.
- Parametrização e utilização da ferramenta.
- Campanhas de divulgação e engajamento para incentivo à adoção do sistema.

Orçamento:

O orçamento do projeto cobrirá principalmente:

1. Contratação da empresa para desenvolvimento da plataforma.
2. Aquisição de tecnologia (Chatbot, Inteligência Artificial).
3. Treinamento dos servidores e Parametrização do sistema.
4. Campanhas de comunicação para engajamento dos usuários.

Entrega	Custo Estimado (R\$)	Exercício financeiro
Aquisição de software e licenciamento	R\$ 40.000,00	2025
Treinamento e parametrização	R\$ 3.000,00	2025
Campanhas de comunicação e adesão	R\$ 2.000,00	2025
Total Estimado	R\$ 45.000,00	2025

Eixo 5: FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA Objetivo Estratégico 7: FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA	
PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
PROGESTÃO: Contratações em Foco	COGCO
SIGPRO – Sistema Integrado de Gestão de Projetos	SEGGEST
SIGHORUS	SEGGEST
Consolida Decon - Resolução Unificada de Normas	DECON
(Im)Pactos	CODEP
Descomplicando a Gestão de Pessoas	SGPES
Sistema Unificado de Recadastramento de Beneficiários	SEAPP/COGIN
Implementação do Sistema COMPREV no TRT11	SGPES/SEAPP
Levantamento e Recuperação de Passivos Administrativos Não Identificados – Pós-Incêndio	COPAP
Gestão Integrada	DG
Transporte Seguro	DIVAEI
11 PROJETOS	

30. PROGESTÃO: CONTRATAÇÕES EM FOCO

Finalidade: De forma geral, o objetivo é otimizar os processos de aquisições de bens e contratações de serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região através da elaboração de fluxogramas detalhados e do mapeamento de processos de compras compartilhadas com outros órgãos. Ainda, por meio da definição do Macroprocesso do TRT-11, busca-se identificar o modelo ideal de processo para aumentar a eficiência, transparência e controle das aquisições, em conformidade com as normas e legislação vigentes. A padronização de procedimentos traz mais confiabilidade ao processo, assim como redução de possíveis erros, celeridade processual e contratações mais eficazes. Ademais, objetiva-se identificar os principais riscos associados às contratações deste Tribunal, a fim de gerenciá-los e reduzi-los ou excluí-los totalmente.

A gestão de riscos é, nos termos do art. 3º, VIII, da Resolução CSJT nº 364/2023, o controle de potenciais eventos ou situações a fim de fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização. O gerenciamento de riscos é objetivo da Política de Governança e Gestão das Contratações, conforme Resolução CSJT nº 364/2023, assim como o Plano de Tratamento de Riscos é instrumento de governança, nos termos da Resolução CNJ nº 347/2020.

Unidade Responsável: Bárbara Andreza Pedrosa de Oliveira Pacheco.

Gerente do Projeto: Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras (COGCO).

Escopo do Projeto: As etapas voltadas ao estabelecimento do Macroprocesso de contratações do TRT encontram-se descritas abaixo:

- Levantamento do Fluxo Atual:
 - Identificação e análise dos processos referentes a contratações no TRT-11.
 - Levantamento das etapas das contratações por meio de compras compartilhadas, identificando práticas adotadas e possíveis gargalos.
 - Entrevistas e reuniões com as unidades envolvidas para compreender os procedimentos vigentes.
- Desenho do Fluxo Ideal:
 - Elaboração de propostas iniciais de fluxogramas, considerando boas práticas e normas aplicáveis.
 - Identificação de oportunidades de otimização e padronização dos processos.
- Discussão com as Unidades Envolvidas:
 - Apresentação dos fluxogramas preliminares às unidades responsáveis pelas etapas em que participam nos processos.
 - Coleta de sugestões e ajustes necessários para melhor aderência à realidade do TRT-11.
- Aperfeiçoamento do Fluxo Produzido:
 - Revisão dos fluxogramas com base nos feedbacks recebidos.
 - Ajustes e refinamento dos processos para garantir clareza, eficiência e conformidade.
- Minuta do Ato:
 - Elaboração de minuta do ato, a ser apresentada para unidades envolvidas para sugestões.

- **Aprovação e Formalização:**

- Submissão dos documentos finais para validação e aprovação pela Presidência desta Corte.

Conforme a metodologia do Manual de Gestão de Riscos do TRT-11, os procedimentos para elaboração do Plano de Tratamento de Riscos são:

- Definição do contexto do macroprocesso, com análise de ambiente interno e externo, identificação das partes interessadas e envolvidas.

- Análise macroprocesso das contratações.

- Então, identificação e análise de riscos.

- Elaboração do cálculo do nível de risco e proposta para os tratamentos destes.

- Elaboração do Plano de Tratamento Riscos.

A fim de manter o Plano atualizado, a COGCO estabelecerá comunicação entre as partes interessadas com monitoramento e revisão dos riscos.

Orçamento: Não há necessidade de recursos orçamentários dedicados ao projeto.

31. SIGPRO – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PROJETOS

Finalidade: O SIGPRO (Sistema Integrado de Gestão de Projetos) é uma solução web a ser desenvolvida para monitorar e gerenciar os projetos do TRT-11, permitindo a especificação das tarefas, definição de responsáveis, acompanhamento de prazos e entregas, além do cálculo do percentual de execução. O sistema incluirá funcionalidades como upload de documentos e um dashboard interativo para visualizar o progresso das fases dos projetos.

Unidade Responsável: Secretaria de Gestão Estratégica (SEGGEST), em parceria com a Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais (DIPIN).

Gerentes do Projeto: Mônica Lopes Sobreira Leite e Winder Jane Moreira Silva.

Finalidade: O SIGPRO (Sistema Integrado de Gestão de Projetos) é uma solução web a ser desenvolvida para monitorar e gerenciar os projetos do TRT-11, permitindo a especificação das tarefas, definição de responsáveis, acompanhamento de prazos e entregas, além do cálculo do percentual de execução. O sistema incluirá funcionalidades como upload de documentos e um dashboard interativo para visualizar o progresso das fases dos projetos.

Unidade Responsável: Secretaria de Gestão Estratégica (SEGGEST), em parceria com a Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais (DIPIN).

Gerentes do Projeto: Mônica Lopes Sobreira Leite e Winder Jane Moreira Silva.

Escopo do Projeto: O SIGPRO será desenvolvido com o intuito de apoiar o monitoramento das entregas relacionadas às fases dos projetos a serem executados no TRT-11, controlando as informações acerca de usuários, projetos, fases, entregas, indicadores e documentos. Assim, o sistema será composto pelos seguintes módulos e funcionalidades:

- Cadastro e gerenciamento de projetos.
- Gestão de fases e tarefas, com definição de responsáveis, prazos e status.
- Dashboard interativo com gráficos de progresso.
- Monitoramento do percentual de execução das atividades.
- Upload e gerenciamento de documentos.
- Geração de relatórios gerenciais.
- Controle de acesso e permissões de usuários.

A execução do projeto envolve:

- Levantamento e análise dos requisitos do sistema.
- Definição das tecnologias a serem utilizadas.
- Modelagem e estruturação do banco de dados.
- Desenvolvimento da interface do usuário (frontend).
- Implementação do backend e integração com frontend via API REST.
- Configuração e deploy do sistema em ambiente de produção.
- Treinamento e capacitação dos usuários finais.
- Suporte técnico inicial e ajustes pós-implantação.

Orçamento: O sistema será desenvolvido utilizando-se os recursos e materiais tecnológicos disponíveis no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

32. SIGHORUS

Finalidade: O SIGHORUS é um sistema automatizado de validação e monitoramento do portal da transparência do TRT-11, garantindo a conformidade com o Ranking da Transparência do CNJ. Ele realiza a verificação de links e documentos publicados na seção de transparência e na biblioteca digital, assegurando que e estejam acessíveis, organizado corretamente e em conformidade com os padrões exigidos.

Unidade Responsável: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST) e Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos (ASSIGER).

Gerentes do Projeto: Mônica Lopes Sobreira Leite e Matheus de Jesus Carvalho Moura.

Escopo do Projeto: O sistema será composto pelos seguintes módulos e funcionalidades:

- Verificação automática de links (checagem de links quebrados ou redirecionamentos incorretos).
- Validação de documentos (tipos, padrões de nomenclatura, metadados, acessibilidade).
- OCR para documentos escaneados (extrair texto de PDFs não acessíveis).
- Painel de monitoramento e geração de relatórios sobre conformidade.
- Notificações automáticas sobre problemas encontrados.
- Histórico de auditoria para rastrear alterações e correções realizadas.

A execução do projeto envolve:

- Levantamento de requisitos com as unidades responsáveis pela transparência.
- Definição das tecnologias a serem utilizadas.
- Modelagem e estruturação do banco de dados.
- Desenvolvimento da interface do usuário (frontend).
- Implementação do backend e integração com frontend via API REST.
- Configuração e deploy do sistema em ambiente de produção.

- Treinamento e capacitação dos usuários finais.
- Suporte técnico inicial e ajustes pós-implantação.

Orçamento: O sistema será desenvolvido utilizando-se os recursos e materiais tecnológicos disponíveis no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

33. CONSOLIDA DECON- RESOLUÇÃO UNIFICADA DE NORMAS

Finalidade: Consolidação em uma única Resolução das normas que disciplinam a atuação da DECON, SEHASP e SEMAJUD-MA a fim de facilitar a consulta pelos jurisdicionados e pelo público interno e externo do tribunal. O presente projeto visa reunir as diversas Resoluções existentes no TRT-11 relativas à DECON e Seções de Hastas Públicas e Mandados Judiciais de Manaus, bem como disciplinar as novas atribuições dos Oficiais de Justiça introduzidas pelo Ato CSJT. GP.SG nº 15/2024.

Unidade Responsável: Divisão de Execução Concentrada (DECON).

Gerente do Projeto: Cristina Marinho da Cruz.

Escopo do Projeto: O projeto teve início com a consolidação da Resolução nº 80/2015, que regulamenta as atividades da DECON; da Resolução nº 136/2022, que trata da atuação da Divisão de Hastas Públicas; e das normas relacionadas aos Oficiais de Justiça, atualmente dispersas em diversos instrumentos normativos. Após essa compilação das normas locais, serão realizadas consultas a legislações correlatas de outros Tribunais Regionais. Em seguida, será elaborada a minuta da nova resolução consolidada. Ato contínuo, a proposta será encaminhada à Corregedoria Regional e à Presidência, que poderá submetê-la à Assessoria Jurídica para análise. Após essas etapas, será encaminhada à apreciação e aprovação pelo Tribunal Pleno, com a consequente revogação das resoluções anteriores sobre a matéria. Uma vez publicada, a nova resolução será amplamente divulgada ao público interno e externo do TRT da 11ª Região.

Orçamento: O projeto não requer dotação orçamentária ou destinação de recursos financeiros do Regional, pois será utilizada a estrutura de servidores e equipamentos já disponibilizados pelo tribunal, o que não acarretará custos adicionais.

34. (IM)PACTOS

Finalidade: O Projeto (IM)Pactos consiste na implementação de um sistema de gestão por resultados no TRT-11, com o objetivo de fortalecer uma cultura orientada para resultados, com metas claras, indicadores de desempenho e mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP).

Gerente do Projeto: Lucas Ribeiro Prado.

Escopo do Projeto:

- Definição de metas SMART (específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporalmente definidas) para todas as áreas e setores do TRT-11, alinhadas com os objetivos estratégicos da instituição e as demandas da sociedade;
- Estabelecimento de indicadores de desempenho (KPIs) para monitorar o progresso das metas, utilizando ferramentas de people analytics e business intelligence.
- Desenvolvimento e implementação de mecanismos de acompanhamento e avaliação periódicos, com marcos de acompanhamento definidos.
- Desenvolvimento de sistema para a gestão de resultados.

Orçamento: Não se aplica.

35. DESCOMPLICANDO A GESTÃO DE PESSOAS

Finalidade: Promover a transparência e a compreensão dos servidores sobre os procedimentos administrativos de gestão de pessoas, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional e o alinhamento às diretrizes internas do tribunal.

Unidade Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES).

Gerente do Projeto: Alfredo Melo da Silva.

Escopo do Projeto: Esclarecer e desmistificar processos internos relacionados à gestão de pessoas, como folha de pagamento, benefícios, promoções e licenças, ajudando os servidores a entenderem melhor as políticas do tribunal.

Orçamento: Não envolve recursos orçamentários.

36. SISTEMA UNIFICADO DE RECADASTRAMENTO DE BENEFICIÁRIOS

Finalidade: Aprimorar a atualização cadastral de aposentados e pensionistas por meio da unificação de processos administrativos em um sistema digital integrado ao Gov.br, assegurando maior controle, confiabilidade e precisão das informações.

Unidade Responsável: Seção de Aposentados e Pensionistas (SEAPP), em parceria com a Coordenadoria de Gestão de Informações Funcionais (COGINF).

Gerente do Projeto: Camila Célia Mirão Lima de Jesus.

Escopo do Projeto: Realizar o recadastramento de aposentados e pensionistas com outros processos administrativos, utilizando o sistema Gov.br, garantindo o controle e a precisão dos dados atualizados.

Orçamento: Não envolve recursos orçamentários.

37. IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA COMPREV NO TRT11

Finalidade: Viabilizar a adesão do TRT-11 ao sistema COMPREV, promovendo a efetiva compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos, conforme previsto na legislação vigente.

Unidade Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES), em parceria com a Seção de Aposentados e Pensionistas (Seção de Aposentados e Pensionistas (SEAPP).

Gerente do Projeto: Camila Celia Mirão Lima de Jesus.

Escopo do Projeto: Implantar o sistema de compensação previdenciária COMPREV, estabelecido pela Lei nº 9796/1999 e regulamentado pelo Decreto 10188/2019, no TRT-11, para garantir a integração entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos.

Orçamento: Não envolve recursos orçamentários.

38. LEVANTAMENTO E RECUPERAÇÃO DE PASSIVOS ADMINISTRATIVOS NÃO IDENTIFICADOS – PÓS-INCÊNDIO

Finalidade: Promover a regularização de passivos administrativos decorrentes da perda ou deterioração de processos físicos, por meio da identificação, recuperação e reconciliação de informações, assegurando a integridade e continuidade da gestão documental pós-incêndio.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Gestão de Pagamento de Pessoal (COPAP).

Gerente do Projeto: Gláucia Viviane de Oliveira.

Escopo do Projeto: Realizar o levantamento e a recuperação de passivos administrativos ainda não identificados, relacionados a processos físicos perdidos ou danificados. O projeto incluirá a triagem de documentos administrativos remanescentes e reconciliação com os registros digitais existentes, assegurando a regularização das pendências.

Orçamento: Não envolve recursos orçamentários.

39. GESTÃO INTEGRADA

Finalidade: O projeto visa implementar um espaço mensal destinado ao acompanhamento estratégico, treinamento contínuo e alinhamento institucional dos gestores do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT-11). Este ambiente será configurado como uma plataforma dinâmica e interativa para análise crítica de resultados, definição de prioridades e solução de desafios administrativos e contratuais. As reuniões mensais terão como foco principal:

- Promover a transparência: apresentando indicadores estratégicos, números financeiros e contratuais, bem como relatórios de desempenho, de forma clara e acessível a todos os participantes.
- Instruir os gestores: fornecendo orientações técnicas baseadas em boas práticas administrativas e ferramentas modernas de gestão, com o objetivo de aprimorar as competências gerenciais e fortalecer a tomada de decisões embasadas.
- Fortalecer a comunicação intersetorial: estabelecendo um canal direto e participativo entre os gestores e a Diretoria-Geral, permitindo o compartilhamento de informações, desafios e propostas de solução de forma integrada.
- Fomentar a integração: proporcionando um ambiente colaborativo em que gestores de diferentes unidades administrativas e judiciais possam trabalhar juntos para superar gargalos, implementar melhorias e garantir o alinhamento aos objetivos institucionais.

Unidade Responsável: Diretoria-Geral (DG).

Gerentes do Projeto: Ildefonso Rocha de Souza e Devane Batista Costa.

Escopo do Projeto: As reuniões mensais serão estruturadas para criar um ciclo contínuo de feedback, aprendizado e evolução administrativa. Elas servirão como uma ferramenta para melhorar a comunicação interna, garantir a eficiência na execução das atividades e fortalecer a governança no âmbito do TRT-11. O escopo do projeto contempla:

- Planejamento e execução das reuniões com agenda predefinida.
- Análise de indicadores por equipe técnica multidisciplinar.
- Utilização de ferramentas como SWOT, Análise de Riscos e KPIs para orientar a divulgação.

Orçamento: Não há necessidade de recursos orçamentários dedicados ao projeto.

40. TRANSPORTE SEGURO

Finalidade: Capacitação contínua dos motoristas terceirizados do TRT-11, reforçando padrões de segurança, sigilo profissional e eficiência no transporte de magistrados e servidores.

Unidade Responsável: Divisão de Apoio Externo Institucional (DIVAEI).

Gerentes do Projeto: Ailton Luiz dos Santos e Daniel Carlini Brasil Barbosa.

Escopo do Projeto: O projeto compreende a estruturação, desenvolvimento, implementação e monitoramento contínuo de um programa de capacitação e avaliação. A execução será supervisionada pela Divisão de Apoio Externo Institucional (DIVAEI) e pela Seção de Transporte (SETRANS), garantindo a eficiência e qualidade dos serviços prestados.

Fases Operacionais:

Fase 1: Diagnóstico e Planejamento

Período: 01/03/2025 – 30/06/2025.

Objetivo: identificar necessidades, mapear riscos e estruturar o planejamento do programa.

Atividades:

- Levantamento de demandas e desafios enfrentados pelos motoristas terceirizados, incluindo feedback de magistrados e servidores.
- Identificação de riscos institucionais na condução de autoridades, falhas em protocolos de segurança e vulnerabilidades operacionais.
- Definição das diretrizes do programa, periodicidade, conteúdos programáticos e métodos de avaliação.
- Planejamento logístico das instruções quinzenais, alinhado às sessões plenárias do TRT-11.
- Elaboração de materiais didáticos e padronização de conteúdos ministrados pelos policiais militares da Assistência Militar do TRT-11.
- Identificação de parceiros estratégicos e especialistas externos para complementar as instruções.
- Elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para padronização de condutas e reforço de protocolos de sigilo e segurança.

Produto entregue: Plano de Instrução e Segurança para Motoristas do TRT-11.

Fase 2: Desenvolvimento e Execução das Instruções

Período: 01/07/2025 – 30/06/2026.

Objetivo: Implementar instruções quinzenais, monitorar o desempenho dos motoristas e realizar ajustes contínuos.

Atividades:

- Início das instruções quinzenais (9h30 às 11h30, durante as sessões plenárias do TRT-11).
- Treinamentos em:
 - Segurança de magistrados e servidores do transporte institucional.
 - Direção defensiva e condução tática em situações adversas.
 - Protocolos de emergência e primeiros socorros.
 - Postura e vestimenta profissional.
 - Análises de casos reais e simulações práticas.
 - Diretrizes de sigilo e segurança da informação.
 - Monitorização contínua de desempenho com aplicação de testes teóricos e práticos.
 - Registro individualizado das capacitações para histórico de treinamento.
 - Implementação de sistema de feedback de magistrados e servidores.
 - Auditorias operacionais fornecidas pela Assistência Militar.
 - Reuniões mensais para análise de desempenho e ajustes nos conteúdos das instruções.

Produto entregue: Relatórios de avaliação periódicos com indicadores de desempenho e recomendações de melhoria.

Fase 3: Monitoramento e Aperfeiçoamento Contínuo

Período: 01/07/2026 – 30/11/2026.

Objetivo: Garantir a sustentabilidade do programa e atualizar continuamente treinamentos e protocolos.

Atividades:

- Avaliação da eficácia do programa com base nos relatórios de desempenho.
- Ajustes e inclusão de novos módulos de instrução.
- Implementação de banco de dados digital consolidando histórico de capacitação e avaliações.

- Expansão das instruções para temas emergentes, incluindo novas legislações de trânsito e tecnologias de segurança veicular.
- Revisão e atualização dos POPs conforme necessidades específicas.
- Aperfeiçoamento da infraestrutura de segurança, incluindo:
 - Reforço da iluminação e segurança em estacionamentos e áreas externas.
 - Monitoramento do fluxo de veículos para otimização logística.
 - Reforço das medidas de vigilância perimetral.
- Criação de um Comitê Permanente de Segurança e Qualificação dos Motoristas para atualização contínua do programa.

Produto entregue: Plano de Sustentabilidade do Programa de Capacitação dos Motoristas.

Metodologia de Execução:

- Gestão centralizada pela DIVAEI e SETRANS.
- Acompanhamento técnico realizado pela Assistência Militar do TRT-11.
- Parcerias estratégicas com especialistas externos para aprofundamento de temas específicos.
- Monitoramento contínuo com indicadores de desempenho e sistema estruturado de feedback.
- Aperfeiçoamento progressivo com base em avaliações e novos desafios institucionais.

Orçamento: Realização com recursos internos, sem necessidade de recurso financeiro adicional.

Eixo 6: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
Objetivo Estratégico 8: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Orçamento em Foco	SOF
Guia Prático do SIGEO - Diárias e Viagens	DIPADI
02 PROJETOS	

41. ORÇAMENTO EM FOCO

Finalidade: O objetivo do projeto é aperfeiçoar o planejamento e a execução orçamentária mediante a utilização das ferramentas oferecidas pelo SIGEO-JT, proporcionando para tanto a capacitação e o aperfeiçoamento dos gestores em relação as novas funcionalidades do sistema bem como na temática concernente a essa área, de modo a auxiliá-los na tomada de decisão, buscando a transparência do planejamento e a execução do orçamento de forma eficaz e eficiente, conscientizando gestores e diretores da importância da utilização do orçamento corretamente.

Unidade Responsável: Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Gerente do Projeto: Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino.

Escopo do Projeto: Considerando que o SIGEO-JT é um sistema da Justiça do Trabalho, composto de vários módulos, sendo este o sistema oficial para planejamento e execução do orçamento, a Secretaria aguarda sinalização do grupo nacional na questão da operacionalização e atualização de seus módulos para posteriormente orientar gestores e diretores. O projeto envolve:

- Acompanhamento dos itens do SIGEO-JT para a eficiência na execução. Devendo ser realizado o mapeamento dos itens em situações superavitárias e deficitárias.
- Projeção do orçamento futuro para a otimização dos gastos.
- Identificar o motivo da mudança do que foi planejado para novos itens.
- Capacitação.
- Elaboração de cartilhas sobre: planejamento e execução orçamentária e financeira, AJJT (pagamento de peritos).
- Realização de Treinamentos e Palestras no decorrer do exercício a fim de proporcionar aos novos servidores e gestores orientações sobre a execução orçamentária e financeira.

Orçamento: R\$ 80.000,00

Utilização de recursos orçamentários na realização de Treinamentos e Palestras.

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Palestras	40.000,00	2025/2026
Treinamentos	40.000,00	2025/2026

42. GUIA PRÁTICO DO “SIGEO – DIÁRIAS E VIAGENS”

Finalidade: Desenvolver e implementar ferramentas de capacitação para usuários do sistema SIGEO – Diárias e Viagens, visando aprimorar a compreensão e utilização eficiente da plataforma. O projeto busca proporcionar, materiais instrucionais e suporte técnico, garantindo que os usuários realizem corretamente os procedimentos relacionados à solicitação de diárias, minimizando erros operacionais e otimizando o uso do sistema.

Unidade Responsável: Divisão de Passagens e Diárias (DIPADI).

Gerente do Projeto: José Carlos Pereira Campos.

Escopo do Projeto:

- Desenvolvimento de Materiais de Capacitação:
 - Manuais e guias com o fluxo operacional dos principais processos.
 - Tutoriais em vídeo demonstrando o uso da plataforma.
- Suporte e Acompanhamento:
 - Disponibilização de uma FAQ com respostas para questões frequentes.
 - Monitoramento da adoção do sistema e ajustes nos materiais conforme necessário.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Folder instrucional	1.000,00	2025

EIXO 7: HUMANIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL

PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Mentora TRT11	ASSEGESP
Lotação Ideal das Unidades Administrativas (Dimensionamento da Força de Trabalho)	ASSEGESP
Arandu de Consultoria Interna	CODEP
DFT na Área Administrativa do TRT11	CODEP
<u>DesacelerAÇÃO</u>	CODEP
Implementação do Banco de Horas no TRT11	SGPES/COGIN
Saúde em Movimento: Protegendo Vidas	CODSAU
07 PROJETOS	

43. MENTORA TRT11

Finalidade: Implementar um programa de mentoria que visa o aprimoramento dos servidores do Regional, com o mentor buscando compartilhar experiências com o mentorado e, assim, promover o desenvolvimento de competências essenciais para o amadurecimento das unidades de trabalho, sejam unidades fim ou meio. A mentoria prepara o mentorado para atuar em vários cenários possíveis dentro das unidades, pois demonstra as competências da unidade. Além disso, propicia maior rapidez na aprendizagem organizacional, desenvolve a comunicação assertiva, valoriza a troca de experiências e o conhecimento entre os profissionais, ocasionando crescimento profissional para o mentorado, mas também para o mentor, gerando ganhos institucionais.

Objetivos específicos:

- Integrar e adaptar o ingressante ao local de trabalho.
- Compartilhar conhecimentos e experiências que estimulem e acelerem o processo de desenvolvimento profissional do servidor.
- Desenvolver e/ou aprimorar a comunicação assertiva dos mentorados, com o conseqüente crescimento dessa habilidade comportamental na instituição.
- Promover a continuidade e o aprimoramento do capital intelectual interno (aprendizagem organizacional).
- Auxiliar o gestor no treinamento, no acompanhamento e no desenvolvimento do servidor.
- Verificar falhas no desenvolvimento dos trabalhos da unidade.

Unidade Responsável: Assessoria de Governança de Gestão de Pessoas (ASSEGESP).

Gerente do Projeto: Keine Barbosa Bezerra do Valle.

Escopo do Projeto: O projeto terá como ponto de partida a formação de uma Equipe de Trabalho que será responsável por implementar de forma segura e sustentável o Programa de Mentoria, desenvolvendo um plano de ação com o objetivo de confeccionar uma cartilha/manual, contendo as diretrizes para o desenvolvimento do Programa de Mentoria “Mentora TRT11”. A Equipe de Trabalho será composta: pela Diretora da Assessoria de Governança de Gestão de Pessoas – ASSEGESP, pelo Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES), da Diretora da Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais (DIPIN), por um Chefe de Gabinete de Desembargador, por um Diretor de Vara. Após a definição do plano de atuação do “Mentora TRT11”, a implementação iniciará com a realização de ações, contando com o apoio da COORDCOM, para ampla divulgação da iniciativa no tribunal, explicando para os gestores das unidades o funcionamento do programa. A Equipe de Trabalho não influenciará no desenvolvimento dos trabalhos das unidades, apenas apresentará uma possibilidade de plano de atuação que poderá ser adaptada para cada setor e necessidade. Com a implantação do programa, logo após a lotação do servidor na unidade, o gestor deverá indicar para a SGPES o servidor que atuará como mentor, o que será oficializado por meio de procedimento interno de designação de mentor. A mentoria durará 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) meses, e ao final serão preenchidos relatórios pelo mentor, mentorado e gestor, para a verificação do atendimento do programa. A partir desses relatórios, será possível a Equipe de Trabalho orientar e oferecer suporte para o gestor da unidade na verificação de problemas gerais no setor, assim como modificar a lotação do servidor, constatando-se que ele não preenche os requisitos para desenvolver trabalhos naquele local. Caso seja verificada alguma falha no desenvolvimento dos trabalhos da unidade, durante o programa, pelo mentor ou pelo gestor, e caso este entenda importante, poderá requerer ajuda da Equipe de Trabalho para auxílio na situação, apresentação de recomendações de soluções. Caberá ao gestor responsável apoiar o mentor e o mentorado durante o período do programa, para que sejam realizadas todas as etapas do plano de atuação previstas. A Escola Judicial poderá promover ações para capacitação necessária do servidor ingresso na unidade, conforme avaliação e solicitação da Equipe de Trabalho. No final de todo ano, a Equipe de Trabalho verificará os mentores que foram mais bem avaliados, tanto pelos mentorados como pelos gestores, e emitirá Certificado de Valorização. Além disso, a Presidência poderá expedir Portaria de Elogio pelos trabalhos prestados ao Regional.

Orçamento: Não há necessidade de levantamento de questões orçamentárias.

44. LOTAÇÃO IDEAL DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS (DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO)

Finalidade: Estudo para a realização de parâmetros objetivos e equânimes para a definição ideal de lotação nas unidades administrativas, ou seja, o número de servidores necessários para o exercício das funções da unidade, similar aos parâmetros fixados para a lotação paradigma das unidades judiciárias (Resolução CNJ nº 219/2016). Não existe um referencial sistematizado de lotação para cada unidade administrativa que permita um melhor equilíbrio da força de trabalho, o que forneceria para a SGPEs maior controle das unidades com déficit de servidores, como daquelas que não estão atingindo o nível esperado de produtividade e desempenho com os servidores atualmente designados para a unidade.

O resultado do projeto possibilitará:

- Subsidiar negociações de recomposição e de movimentação da força de trabalho.
- Melhorar o aproveitamento da força de trabalho.
- Definir o esforço necessário para a realização de determinado trabalho.
- Mapear entregas técnicas.
- Qualificar o planejamento de pessoal, oferecendo dados e análises que permitam decisões embasadas acerca da configuração do quadro.
- Otimizar o uso dos recursos com ações de capacitação e desenvolvimento de servidores.
- Subsidiar a criação de cultura organizacional orientada para as entregas e resultados.
- Otimizar a interface estratégia, estrutura, tecnologias e pessoal, visando a consecução de objetivos estratégicos.
- Possibilitar maior poder de decisão e potencialização da unidade de gestão de pessoas.
- Possibilitar a integração dos sistemas de Gestão de Pessoas de movimentação, desenvolvimento e valorização de pessoas.

Unidade Responsável: Assessoria de Governança de Gestão de Pessoas (ASSEGESp).

Gerente do Projeto: Keine Barbosa Bezerra do Valle.

Escopo do Projeto: Este projeto pressupõe conceber uma ferramenta de planejamento da força de trabalho nas unidades administrativas, com dados qualitativos e quantitativos sobre as entregas realizadas pelas equipes, características do pessoal que compõe a unidade e o contexto de trabalho. Tem a utilidade de estabelecer parâmetros objetivos e equânimes para estimar o quantitativo ideal de pessoas para realizar entregas, com foco em resultado, no contexto organizacional. Após pesquisas e contatos com outros Regionais sobre o tema, o presente projeto propõe a formação de uma Equipe de Trabalho para trabalhar no sentido da criação de uma Equipe Nacional de Estudo, a ser composta por servidores das unidades de Governança e Gestão de Pessoas dos TRTs que se mostraram interessados em desenvolver uma proposta única ao CSJT, solicitando o estabelecimento de diretrizes para o dimensionamento da força de trabalho das unidades administrativas dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Orçamento: Não depende de recursos orçamentários para sua execução.

45. ARANDU DE CONSULTORIA INTERNA

Finalidade: Aproveitar e valorizar o capital intelectual dos servidores mais experientes, recompensando servidores com notável saber em suas áreas de atuação para prestarem consultoria interna, contribuindo para o desenvolvimento da instituição, melhoria da gestão do conhecimento e a disseminação de boas práticas.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP).

Gerente do Projeto: Lucas Ribeiro Prado.

Escopo do Projeto: Consiste na criação de um programa de consultoria interna no TRT-11, aproveitando o conhecimento e a experiência dos servidores seniores. O escopo do projeto inclui:

- Identificação e seleção de servidores seniores com conhecimentos e habilidades relevantes para atuarem como consultores internos em diversas áreas, como gestão de pessoas, processos de trabalho, gestão de projetos, entre outras.
- Desenvolvimento de uma metodologia de consultoria interna, definindo as etapas do processo, as ferramentas a serem utilizadas e os padrões de qualidade a serem seguidos.

- Criação de um banco de conhecimento interno, reunindo as melhores práticas, lições aprendidas e soluções desenvolvidas pelos consultores internos, para posterior disseminação e aproveitamento por outros servidores e áreas do tribunal.

Orçamento: R\$ 120.000,00 (margem de 1% da folha de pagamento).

46. DFT NA ÁREA ADMINISTRATIVA DO TRT11

Finalidade: Estruturar um modelo de dimensionamento da força de trabalho para mensurar a quantidade ideal de servidores em cada unidade administrativa, considerando as demandas e a complexidade das atividades, visando a eficiência e a qualidade dos serviços.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP).

Gerente do Projeto: Lucas Ribeiro Prado.

Escopo do Projeto: O Projeto DFT na Área Administrativa do TRT-11 consiste no desenvolvimento e implementação de um modelo de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) para mensurar a quantidade ideal de servidores em cada unidade administrativa, considerando as demandas e a complexidade das atividades.

- Diagnóstico da situação atual: Levantamento da estrutura organizacional, das atividades de cada unidade, do quantitativo de servidores e dos indicadores de desempenho.
- Definição de indicadores e métricas: Seleção de indicadores relevantes para mensurar a demanda e a complexidade das atividades de cada unidade, como volume de processos, tempo médio de atendimento, número de atendimentos, entre outros.
- Elaboração do modelo de cálculo: Desenvolvimento de uma fórmula matemática para calcular o quantitativo ideal de servidores por unidade, com base nos indicadores selecionados.
- Validação e ajuste do modelo: Teste do modelo em um grupo de unidades administrativas e realização de ajustes, se necessário.
- Implementação e acompanhamento: Aplicação do modelo em todas as unidades administrativas e monitoramento dos resultados.

Orçamento: Não envolve recursos orçamentários

47. DesacelerAÇÃO

Finalidade: Conscientizar sobre o uso saudável do tempo, além de alinhar-se à humanização das relações de trabalho e ao desenvolvimento de pessoas.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP).

Gerente do Projeto: Lucas Ribeiro Prado.

Escopo do Projeto: O Projeto DesaceleraAÇÃO consiste em uma semana de atividades voltadas para a conscientização sobre o uso saudável do tempo e a promoção do bem-estar dos servidores do TRT-11, bem como a produção de conteúdos e materiais educativos sobre a temática que ficarão reunidos em um site. O escopo do projeto envolve a formação de uma equipe multidisciplinar, a definição do público-alvo, a elaboração de um cronograma detalhado, a criação do site, a pesquisa e elaboração dos conteúdos, a contratação de palestrantes e facilitadores, a divulgação das atividades, a realização das ações conforme o planejado e a avaliação dos resultados obtidos.

Orçamento: R\$ 50.000,00 a R\$ 60.000,00.

48. IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DE HORAS NO TRT11

Finalidade: Modernizar e tornar mais eficiente a gestão da jornada de trabalho no TRT-11 por meio da implementação de um sistema digital de Banco de Horas, assegurando transparência no registro e acompanhamento das horas extras pelos servidores.

Unidade Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES), em parceria com a Coordenadoria de Gestão de Informações Funcionais (COGIN).

Gerentes do Projeto: Rayson Carvalho da Silva e Alfredo Melo da Silva.

Escopo do Projeto: Será implementado o sistema digital de Banco de Horas para uso dos servidores do TRT-11, permitindo que registrem e acompanhem suas horas extras de forma organizada e transparente, visando otimizar a gestão de jornada de trabalho. Além disso, será promovido treinamento sobre o uso da ferramenta, contemplando aspectos legais, operacionais e os benefícios da nova sistemática.

Orçamento: Não envolve recursos orçamentários.

49. SAÚDE EM MOVIMENTO: PROTEGENDO VIDAS

Finalidade: Aprimorar a saúde e segurança dos servidores e usuários do TRT-11, através de ações de capacitação, conscientização e assistência médica, com temas relevantes para a saúde integral do servidor como a perícia médica e o TDAH. Garantir a segurança e o bem-estar de magistrados, servidores, terceirizados e todos os frequentadores dos prédios do TRT-11, promovendo livre acesso aos serviços da CODSAU. Promover a conscientização, a educação e a cooperação interinstitucional em temas relevantes à promoção da saúde e perícia médica do trabalho. Intensificar o Protagonismo e Liderança do TRT-11 no campo da Saúde Ocupacional entre as demais instituições públicas no estado do Amazonas.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Saúde (CODSAU).

Gerente do Projeto: Bruno Carneiro Pinheiro.

Escopo do Projeto: O projeto "Saúde em Movimento: Protegendo Vidas" visa aprimorar a saúde e segurança no TRT-11 através de quatro ações principais: 1) Saúde Integral do Servidor: Diálogos e Práticas; 2) Programa de Brigadas de Resposta Rápida para garantir atendimento rápido em emergências; e 3) Serviço de Área Protegida em Saúde para atendimento de urgência e emergência no local; 4) Estoque Inteligente: Saúde em Dia.

Detalhamento das Ações:

- 2º Seminário de Perícia Médica Oficial do Amazonas: O seminário visa reunir peritos de diversas instituições para padronizar os procedimentos técnicos da perícia médica no serviço público. Essa padronização busca agilizar os processos, diminuir erros e conflitos com os usuários, resultando em um serviço mais eficiente e de qualidade. Ao final, será produzido um documento conclusivo que poderá ser publicado.

- **Palestra sobre Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH):** A palestra tem como objetivo conscientizar e informar profissionais de saúde e o público em geral sobre o TDAH. Serão abordados aspectos conceituais, impactos no dia a dia, tratamentos e políticas públicas. O evento também busca promover a troca de experiências e capacitar os participantes para criar ambientes mais inclusivos e acolhedores para pessoas com TDAH.
- **Programa de Brigadas de Resposta Rápida do TRT-11:** O programa visa capacitar e equipar brigadistas em todos os setores do TRT-11 para atuar em situações de emergência. Os brigadistas receberão treinamento em Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros, o que os habilitará a reconhecer e agir rapidamente em casos de potencial risco de vida. Essa iniciativa contribui para a construção da Cadeia de Sobrevivência dentro do TRT-11, aumentando as chances de sobrevivência em casos de emergência.
- **Área Protegida em Saúde:** A contratação de um serviço de Área Protegida em Saúde para o TRT-11 garantirá atendimento médico rápido e eficiente em casos de urgência e emergência. O serviço contará com ambulâncias equipadas com UTIs móveis e profissionais de saúde qualificados (médicos, enfermeiros e motoristas-socorristas) que estarão de plantão durante o horário de expediente do TRT-11 (07h00 às 19h00). Essa medida visa garantir a segurança e o bem-estar de todos que frequentam o TRT-11.
- **Estoque Inteligente: Saúde em Dia:** A gestão do estoque de medicamentos e insumos no setor de saúde do TRT-11 apresenta desafios relacionados à dificuldade de obtenção de itens específicos por meio de licitação, devido à baixa demanda da unidade. Essa situação tem gerado problemas como a falta de materiais em momentos críticos e o desperdício de medicamentos vencidos, resultando em prejuízos financeiros e assistência prejudicada aos servidores. A implementação de um controle de estoque eficiente é fundamental para solucionar esses problemas, garantindo o abastecimento regular e adequado do setor de saúde, evitando a falta de itens essenciais e reduzindo o desperdício. Além disso, a geração de histórico de disponibilidade e uso permitirá a identificação de padrões de consumo, a antecipação de períodos de maior demanda e o planejamento de compras futuras de forma mais precisa e eficiente.

Orçamento: As atividades e contratações previstas no presente projeto correrão por conta do Orçamento da Coordenadoria de Saúde com suplementações que se fizerem necessárias, quando autorizadas pela Escola Judicial, Presidência, Colegiados e/ou Órgãos superiores. Os eventos a serem realizados poderão ensejar outros custos, tais como contratação de coffee break, instrutoria e material de apoio. A priori, não se prevê necessidade certa de aquisições ou gastos adicionais para a criação do controle para a ação "Estoque Inteligente: Saúde em Dia", entretanto, poderá ensejar investimentos de capacitação adicional da equipe que poderão ser reportados à administração futuramente. Especificamente quanto à contratação da Área Protegida, prevista para junho de 2026, sua cobertura inicial poderá ser limitada ao Fórum Trabalhista de Boa Vista, a depender da disponibilidade orçamentária.

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Entrega 1	R\$ 8.000,00	2025
Entrega 2	R\$ 10.000,00	2025
	R\$ 6.000,00	2026
Entrega 3	R\$ 30.000,00	2026
Entrega 4	R\$ 5.000,00	2025

Eixo 8: REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO
Objetivo Estratégico 10: APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS

PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Portal de Consultas Funcionais do Magistrado	SEMAG
Inova TRT11	LIODS
<u>JTe</u> – Atendimento Digital Trabalhista	DIVINF
Painel Estratégico da Segurança da Informação	DISEGINF
Voz e Rede	COSUP
Armazenamento 360°	COSUP
06 PROJETOS	

50. PORTAL DE CONSULTAS FUNCIONAIS DO MAGISTRADO

Finalidade: Desenvolver e implementar um canal exclusivo para magistrados, onde eles possam acessar e atualizar suas informações funcionais de forma fácil e segura, como dados pessoais, histórico de atuação, progressões e movimentações.

Unidade Responsável: Seção de Magistrados (SEMAG).

Gerentes do Projeto: Sandra Farias de Souza Bentes e Alfredo Melo da Silva.

Escopo do Projeto: Desenvolver e implementar um canal exclusivo para magistrados, onde eles possam acessar e atualizar suas informações funcionais de forma fácil e segura, como dados pessoais, histórico de atuação, progressões e movimentações.

Orçamento: Não envolve recursos orçamentários.

51. INOVA TRT11

Finalidade: Capacitar os servidores e magistrados do interior do Estado do Amazonas. Disseminar a cultura da inovação a fim de incentivar que os participantes pensem em novas formas de realização do seu trabalho, favorecendo a eficiência no fluxo dos processos, a fim de que se atinja uma gestão mais estratégica e alinhada aos princípios da administração pública. Fortalecimento da Política Nacional de Gestão da Inovação no Poder Judiciário (Resolução 395/2021/CNJ) e do Plano Nacional de Inovação do Poder Judiciário (Resolução 379/2024/CNJ).

Unidade Responsável: Divisão do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS.

Gerentes do Projeto: Hylace Miranda Braga Filho e Vicente Fernandes Tino.

Escopo do Projeto:

- Definição da equipe responsável pelo planejamento e execução.
- Organização do calendário de capacitações, alinhado às correições nas Varas do Trabalho do interior.
- Desenvolvimento do conteúdo programático e materiais didáticos.
- Realização das capacitações no período de março a outubro de 2025.
- Avaliação do impacto das capacitações e aperfeiçoamento contínuo do programa.

Orçamento: Total Previsto R\$ 70.000,00.

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Passagens e diárias	20.000	2025
Gratificação de instrutoria	50.000 10v x 10h x R\$ 500	2025

52. JTe - ATENDIMENTO DIGITAL TRABALHISTA

Finalidade: Criação de um aplicativo de interface simples e acessível ou melhoria de um aplicativo já existente, com o objetivo de padronizar e centralizar os canais de atendimento ao público no âmbito da Justiça do Trabalho, especialmente para o sistema PJe. A solução busca reduzir o tempo e os custos dedicados ao atendimento presencial, melhorar a qualidade do serviço, aumentar a satisfação dos usuários e proporcionar inclusão digital e social.

Objetivos:

- Padronizar os canais de atendimento ao público das Varas Trabalhistas e CEJUSCs.
- Otimizar o acesso à consulta processual e aos serviços relacionados ao PJe.
- Reduzir o tempo dedicado pelos servidores às atividades repetitivas de atendimento.
- Diminuir os custos operacionais associados ao atendimento ao público.
- Aumentar a satisfação e a inclusão digital dos jurisdicionados.

Unidade Responsável: Divisão de Sistemas de Informação (DIVINF).

Gerente do Projeto: Fred Barreto Lima.

Escopo do Projeto:

- Desenvolvimento de um aplicativo móvel e interface web para consulta de processos e contato com as Secretarias das Varas Trabalhistas.
- Implementação de chat ou atendimento virtual com inteligência artificial para dúvidas frequentes.
- Agendamento eletrônico de atendimentos presenciais ou virtuais.
- Integração com os sistemas do PJe e outros canais da Justiça do Trabalho.
- Capacitação de servidores para suporte inicial e divulgação do aplicativo.

Orçamento: O projeto não exige orçamento adicional, pois será desenvolvido com a mão de obra dos servidores do TRT-11.

53. PAINEL ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Finalidade: Consiste na criação de um painel de informações gerenciais desenvolvido no Power BI ou similar, utilizando os dados da Divisão de Segurança da Informação (DISEGINF), com a finalidade de fornecer uma visão clara e em tempo real dos indicadores mais importantes relacionados à segurança da informação para a alta administração do tribunal, auxiliando na tomada de decisões estratégicas.

Objetivos:

- Apresentar dados críticos de segurança da informação de forma visual e interativa.
- Fornecer insights para a alta administração sobre a saúde e os riscos da segurança da informação do tribunal.
- Automatizar a geração de relatórios de segurança da informação, reduzindo o tempo e o esforço manual.
- Aumentar a eficiência no monitoramento dos indicadores estratégicos.

Unidade Responsável: Divisão de Segurança da Informação (DISEGINF).

Gerente do Projeto: Jean Ricardo de Oliveira Rebouças.

Escopo do Projeto: Criação de um painel com dashboards e gráficos com os principais indicadores da segurança da informação do TRT-11, utilizando a ferramenta Power BI. O projeto contempla:

- Definição dos requisitos de indicadores com a alta administração.
- Configuração do ambiente Power BI (ou similar) e integração com as bases de dados existentes.
- Criação de layouts visuais claros e responsivos para os relatórios.
- Testes para garantir precisão e confiabilidade dos dados apresentados.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Licenças (Power BI ou similar)	R\$ 5.999,02	2025

54. VOZ E REDE

Finalidade: Infraestrutura aprimorada de telefonia VOIP com qualidade superior de chamadas e alta disponibilidade. Links de comunicação com redundância implementados, garantindo conectividade estável mesmo em caso de falhas. Monitoramento em tempo real dos links e da infraestrutura VOIP.

Objetivos:

- Garantir uma comunicação mais estável e eficiente, reduzindo interrupções nos serviços de telefonia e conectividade.
- Melhoria das redundâncias nos links de comunicação para garantir continuidade em casos de falhas.
- Modernizar a infraestrutura de VOIP, melhorando a qualidade das chamadas.
- Reduzir custos operacionais a médio e longo prazo com tecnologias mais eficientes.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Operação e Suporte (COSUP).

Gerente do Projeto: Ana Carolina Cabrinha Gama.

Escopo do Projeto: A execução do projeto contempla:

- Diagnóstico das condições atuais dos sistemas de VOIP e links de comunicação.
- Contratação de fornecedores para hardware, software e serviços de telecomunicações.
- Implementação e testes de redundância nos links.
- Treinamento das equipes de TI e usuários finais.
- Entrega da infraestrutura completamente operacional e documentada.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Infraestrutura VOIP	R\$ 329.083,12	2025
Links de Comunicação	R\$ 1.436.198,00	2025

55. ARMAZENAMENTO 360°

Finalidade: Visa migrar os documentos armazenados em servidores físicos para um ambiente em nuvem, proporcionando acessibilidade remota aos dados de forma segura e eficiente. A implementação elimina a necessidade de VPN para acesso, promovendo maior agilidade no trabalho remoto e reduzindo custos operacionais.

Objetivos:

- Migrar todos os documentos corporativos dos servidores físicos para um ambiente seguro em nuvem.
- Permitir que os colaboradores acessem documentos remotamente, de forma segura, sem depender de VPN.
- Reduzir os custos com manutenção de servidores físicos e infraestrutura local.

Unidade Responsável: Coordenadoria de Operação e Suporte (COSUP).

Gerente do Projeto: Ana Carolina Cabrinha Gama.

Escopo do Projeto:

- Implementação de um serviço de armazenamento em nuvem confiável e escalável.
- Configuração de acessos seguros e controle de permissões para os documentos em nuvem.
- Migração completa dos documentos existentes para o novo ambiente.
- Treinamento dos colaboradores no uso do novo sistema.
- Escolha do provedor de serviços em nuvem - contratação do serviço.
- Configuração inicial e criação de diretórios e políticas de acesso.
- Testes de performance, segurança e backup do ambiente em nuvem.
- Migração de dados e validação da integridade após a migração.

Orçamento:

Entrega	Custo Estimado R\$	Exercício Financeiro
Serviço em Nuvem (Contratação e Configuração)	R\$ 665.203,45	2025
Ferramentas de Backup e Segurança	R\$ 500.000,00	2025

Aprovação dos Projetos do PGP 2024-2026

Os 55 projetos que compõem este plano de gestão foram apresentados, discutidos e aprovados durante a 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE), realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, sob a condução do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR), desembargador Jorge Álvaro Marques Guedes, com a participação da juíza auxiliar da presidência Carla Priscilla Silva Nobre.



Quero parabenizar os gestores e as gestoras pelo empenho na elaboração e apresentação dos projetos. É fundamental que cada equipe atue de forma integrada e alinhada aos objetivos do nosso plano de gestão. Só assim conseguiremos alcançar os resultados esperados. A estratégia só se concretiza com participação ativa e responsabilidade coletiva.

Desembargador Jorge Álvaro Marques Guedes
Presidente do TRT-11

O engajamento das unidades na construção e apresentação dos projetos demonstra o compromisso coletivo com a melhoria da gestão e da prestação jurisdicional. Nosso papel é atuar de forma colaborativa para que cada iniciativa estratégica se converta em resultados concretos para a sociedade.

Carla Priscilla Silva Nobre
Juíza Auxiliar da Presidência



TRT-11ª REGIÃO
Amazonas e Roraima



*Novo Fórum Trabalhista
de Manaus*